

II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco

[Projeto de Resolução n.º 1965/XIII/4.^a (CDS-PP, PSD, PS e BE)]

Reunião n.º 35

(Sem revisão final)

17 de junho de 2019

(9h50 – 13h30)

Ordem do dia: Audição do Eng.º Fernando Faria de Oliveira (ex-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos)

Presidente da Comissão: Luís Leite Ramos

Deputados oradores:

João Paulo Correia (PS)

Mariana Mortágua (BE)

Cecília Meireles (CDS-PP)

Duarte Alves (PCP)

Inês Domingos (PSD)

Conceição Bessa Ruão (PSD)

O Sr. **Presidente** (Luís Leite Ramos): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito bom dia a todas e a todos. Vamos dar início a mais uma audição.

Eram 9 horas e 50 minutos.

Agradeço ao Eng.º Faria de Oliveira a presença nesta II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco.

Gostaria de relembrar que o objeto desta Comissão de Inquérito é, entre outros, o apuramento das práticas de gestão de crédito e outras modalidades de financiamento da Caixa Geral de Depósitos desde o ano 2000, bem como a apreciação dos seus órgãos societários, incluindo os de administração, de fiscalização e de auditoria, dos diretores, dos auditores externos, dos Governos, bem como dos supervisores financeiros.

Queria lembrar também que, à luz do seu regime jurídico, as Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais; são os instrumentos qualificados de controlo parlamentar, de recolha de informação e esclarecimento de factos através dos quais o Parlamento exerce as suas funções gerais de fiscalização e controlo do Governo e da Administração Pública, em defesa do cumprimento da Constituição e das leis.

Ainda segundo o regime jurídico aplicável e o regulamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Comissão pode convocar qualquer cidadão para depor sobre os factos relativos ao inquérito e a forma dos depoimentos rege-se pelas normas aplicáveis do Código de Processo Penal sobre prova testemunhal.

O depoimento e a inquirição seguirão a grelha de tempos habitual. Penso que o Sr. Eng.º Faria de Oliveira não pretende fazer uma declaração inicial. Teremos, assim, uma primeira ronda de 5 minutos com pergunta e

resposta, uma segunda ronda nos mesmos moldes e, eventualmente, uma terceira ronda, com perguntas de 2 minutos por Deputado e resposta final conjunta.

A audição será pública, a não ser que, por razões devidamente justificadas e fundamentadas, alguém peça — e que, pela natureza da resposta ou dos temas em debate, seja necessário — que a ronda final decorra numa sessão não pública.

Assim sendo, vamos dar início à primeira ronda.

A primeira intervenção cabe ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tendo a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Eng.º Faria de Oliveira.

Tenho vários assuntos, que vou dividir em duas rondas.

O Sr. Eng.º Faria de Oliveira foi Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, foi *Chairman* da Caixa, a partir do ano 2011 até ao ano de 2012.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira** (ex-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos): — Meados de 2013.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Meados de 2013, portanto.

Ao mesmo tempo, exerceu também funções de Presidente do Conselho de Administração da Culturgest. Acumulou essas funções, de *Chairman* da Caixa Geral de Depósitos e Presidente do Conselho de Administração da Culturgest, e também acumulou funções como Presidente da Associação Portuguesa de Bancos.

Houve um período, de longos meses, em que acumulou estas funções, de responsável máximo pelo banco público e presidente da associação da banca privada.

Nunca encontrou conflitos de interesses no exercício das suas funções como presidente de uma associação que é, esmagadoramente, constituída por associados que são bancos privados, sendo, ao mesmo tempo, responsável máximo pelo banco público?

Sabendo que essa era uma condição que contrariava quase por completo... Não digo por completo, deixo ainda aqui uma hipótese de haver outros casos na Europa, porque não há dados estatísticos sobre isso, mas, da pesquisa que fiz, não encontrei outro caso como o seu. Numa altura em que a Caixa Geral de Depósitos avançou com um plano de reestruturação, avançou com uma recapitalização, numa altura em que o Estado emprestava dinheiro à banca privada para salvar a banca privada, o Eng.º Faria de Oliveira era, ao mesmo tempo, o «patrão» da banca privada e o patrão do banco público. Não encontrou aí conflitos de interesses?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, agradeço a sua questão.

Em primeiro lugar, devo dizer que a EBF (*European Banking Federation*) é constituída por mais de 30 associações bancárias e a esmagadora maioria das associações bancárias são presididas por presidentes de instituições bancárias. São poucos os casos, muito poucos, em que o Presidente das associações de bancos da Europa têm presidentes executivos.

A associação portuguesa de bancos, historicamente, foi quase sempre presidida pelo representante da Caixa Geral de Depósitos, o seu presidente, na maior parte dos casos, mas nem sempre foi o seu presidente.

Num contexto em que a Associação Portuguesa de Bancos tinha um Secretário-Geral, que era propriamente o executivo do funcionamento da

associação, e o presidente, fundamentalmente, liderava as reuniões da direção onde eram discutidas as questões de natureza mais relevante que se colocavam ao sistema bancário.

A partir de determinado momento, designadamente com a saída do Sr. Dr. João Salgueiro de Presidente da Caixa — nessa altura acumulava também com a presidência da Associação Portuguesa de Bancos —, a direção da Associação convidou, então, o Dr. João Salgueiro para se manter como presidente da Associação.

A partir desse momento, registou-se uma tendência para que o presidente da Associação fosse semi-executivo, isto é, mais do que presidir às reuniões da direção e, eventualmente, acompanhar o Secretário-Geral na gestão diária da associação, passar a ter uma presença mais constante e, portanto, um pouco mais executiva.

O Dr. João Salgueiro foi substituído pelo Prof. António de Sousa, o que, pela primeira vez, até requereu uma alteração dos estatutos da Associação Portuguesa de Bancos, em que, inicialmente, se previa que o Presidente fosse o Presidente de uma das instituições bancárias, de um dos associados. E o Dr. António de Sousa foi, pela primeira vez, convidado como personalidade com *curriculum* significativo no sistema bancário, e exerceu essa função durante três anos, como — chamemos-lhe assim — um presidente já mais executivo.

Com a saída do Prof. António de Sousa, a direção da Associação convidou-me para acumular a presidência da Caixa, como tinha acontecido no passado, com a presidência da Associação Portuguesa de Bancos. Isto passou-se, penso, em março ou abril de 2012.

Nessa altura, eu era *Chairman* da Caixa Geral de Depósitos e passei a dividir o meu tempo — praticamente era de manhã num lado e à tarde noutra — entre a Caixa Geral de Depósitos e a Associação Portuguesa de Bancos.

Na Associação Portuguesa de Bancos, como é conhecido, vivia-se, naquele momento, uma verdadeira revolução regulatória. Todas as grandes alterações que estavam a ocorrer tiveram a sua expressão inicial mais significativa exatamente nesse instante. Por isso, senti que não era possível continuar a dividir o meu tempo entre uma presidência quase executiva da Associação Portuguesa de Bancos, e a atuação como *Chairman* da Caixa Geral de Depósitos. E solicitei, então, já no final de dezembro de 2012, a saída de *Chairman* da Caixa Geral de Depósitos, na medida em que considerava, na altura, que era particularmente relevante para o conjunto do sistema bancário português que pudesse dedicar o meu tempo às grandes alterações que se estavam a passar no sistema bancário.

Apresentei a minha demissão ao Sr. Ministro Vítor Gaspar no final do mês de dezembro de 2012, mas ele pediu-me para continuar a dividir o meu tempo entre *Chairman* da Caixa e presidente da Associação durante mais algum tempo. Esse mais algum tempo arrastou-se até junho de 2013.

Devo dizer, e em consciência, que não senti nenhum tipo de conflito de interesses entre o facto de ser presidente, *Chairman* da Caixa Geral de Depósitos e, anteriormente, até Presidente da Caixa Geral de Depósitos — fazia parte da direção — e ser presidente da Associação.

Isto por uma razão particularmente simples. A Associação Portuguesa de Bancos tem, fundamentalmente, três tipos de missões das quais, de longe, a mais relevante é o acompanhamento das questões regulatórias e a realização de pareceres, seja para as autoridades nacionais, seja para as autoridades europeias, sobre a alteração legislativa que vai ocorrendo. Isso era de interesse de todos os bancos e, naturalmente, senti que podia, de alguma maneira, prestar algum serviço ao sistema bancário nacional, com base na experiência que tinha adquirido ao longo do tempo no exercício das funções na Caixa Geral de Depósitos, e nos contactos que tinha também,

quer em âmbito nacional, quer com a EBF, com a qual tinha tido várias reuniões, e com a própria Comissão.

Portanto, em resposta direta à sua pergunta, não senti qualquer tipo de incompatibilidade, quer por prosseguir uma via histórica, quer por não haver particular conflito de interesses nesse domínio.

Quais são as outras duas grandes funções de uma associação bancária?

São, naturalmente, o diálogo com as autoridades — diálogo em que se representa o conjunto do sistema bancário — e, esta é a terceira parte, tudo o que diz respeito à comunicação, à informação, ao esclarecimento de questões de natureza técnica, que são particularmente relevantes, não apenas para as instituições, as autoridades, mas, principalmente, para os clientes do sistema bancário, e onde este incremento da comunicação é particularmente relevante.

Na ordem inversa, se sentia alguma incompatibilidade no exercício das minhas funções de *Chairman* da Caixa Geral de Depósitos, também devo dizer que não.

A função de *Chairman* da Caixa Geral de Depósitos foi inovadora em Portugal. Por minha proposta ao Primeiro-Ministro e ao Ministro das Finanças, realizada em 2011, sugeri que o modelo de governo da Caixa Geral de Depósitos se aproximasse daquele que, hoje, praticamente é o modelo adotado pela esmagadora maioria das instituições.

Na realidade devia haver um Conselho de Administração onde o conjunto dos administradores não-executivos exercesse uma função de acompanhamento da atividade executiva da instituição. Acontece que, na fase inicial, este modelo pecou por ser demasiadamente curto.

Foi definido um modelo em que os administradores não-executivos eram o presidente e mais três administradores, com uma Comissão Executiva que tinha sete administradores. E, como tal, o acompanhamento das várias comissões que constituí na altura — designadamente a comissão de

auditoria, a comissão de risco, a comissão de estratégia e organização da Caixa Geral de Depósitos — feito por aqueles três membros, implicava que estes tivessem de se dividir por todas as comissões.

Manifestamente isso era insuficiente. Chamei também a atenção para esse efeito e, de alguma maneira, isso também contribuiu para que, na altura, tivesse optado por continuar na Associação Portuguesa de Bancos e não na Caixa Geral de Depósitos.

Hoje, o modelo que vigora é, naturalmente, aquele que desde o início estava preconizado: um Conselho de Administração com mais membros não-executivos do que executivos, que, na realidade, acompanham o exercício da função executiva com muito mais intensidade, por um lado, mais intrusivamente, com maior acesso à informação e, portanto, são seguramente mais eficazes.

Não sei se respondi à sua pergunta.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não estava à espera que assumisse ou reconhecesse que há incompatibilidade na acumulação de funções, mas não deixou de ser uma condição que contrariou uma tendência à escala europeia, que suscitou até alguma polémica e alguma curiosidade, no mínimo, nos seus congéneres da APB (Associação Portuguesa de Bancos) na Europa, mas, em todo o caso, gostaria de lhe colocar mais algumas questões.

Quando assumiu a presidência da APB falou previamente com o Sr. Ministro das Finanças?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Falei.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E o Sr. Ministro das Finanças não deixou nenhuma alerta, nenhum aviso, nenhuma observação?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Tanto quanto me recorde, o Sr. Ministro das Finanças considerou que era útil para o sistema bancário que assim fizesse, até porque historicamente acompanhou sempre o que aconteceu na Associação Portuguesa de Bancos. Uma vez mais desculpe dizer-lhe isto mas estou na EBF (Federação Europeia de Bancos) e sei que a esmagadora maioria é presidida por presidentes de bancos, e não há uma tendência diferente, como está a dizer. Não há.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — De bancos públicos, neste caso de um banco público. É que, para além de ser um banco, é público.

O Sr. Eng.º Faria de Oliveira tinha um vencimento fixo como *Chairman* da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Tinha, sim.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E na APB também tinha vencimento fixo?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Tinha, sim.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O Sr. Eng.º Faria de Oliveira, quando acumulava a função de Presidente da Caixa e Presidente da APB, recebia vencimento na APB, que é dominada pela banca privada, e recebia vencimento como *Chairman*, responsável máximo, de um banco público.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Não, senhor. Prescindi da remuneração da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas eu perguntei se recebia vencimento fixo como *Chairman* da Caixa e o senhor disse que sim.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Tinha-me sido fixado vencimento fixo como Presidente da Caixa Geral de Depósitos. Quando passei a receber na APB, prescindí da remuneração da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Então, exerceu a função de Presidente da Caixa Geral de Depósitos com vencimento pago pela APB, que é dominada pela banca privada. Resumidamente, é essa a versão. Pode não lhe agradar mas a verdade é essa e teve até a aceitação do Sr. Ministro das Finanças da época.

Gostaria agora de lhe colocar questões relacionadas com o caso La Seda.

Na audição do Sr. Matos Gil aqui, na Comissão, ficou explícito nas palavras dele que o Sr. Eng.º Faria de Oliveira teve mais influência e responsabilidades no que foi o envolvimento da Caixa, a partir do ano 2008, no caso La Seda do que aquilo que o Sr. Engenheiro nos transmitiu aqui, na sua audição.

Queria perguntar-lhe se alguma vez reuniu com o Sr. Matos Gil depois da célebre reunião do Conselho de Administração na primavera de 2008, ou logo após a primavera de 2008, quando Matos Gil entra em rota de colisão com o restante Conselho de Administração, principalmente com o Presidente do Conselho de Administração da La Seda.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Conheci o Engenheiro Matos Gil no lançamento da primeira pedra da fábrica de Sines, em 13 de março de 2008.

Terá havido uma reunião comigo — lembro-me de ter tido essa reunião com o Dr. Freire de Sousa e com Nuno Gaioso —, mas não tenho 100% a certeza de ter estado o Sr. Matos Gil. Devo dizer isto porque, de facto, até já confrontei as outras pessoas que estavam nessa reunião, designadamente, o Dr. Jorge Tomé e ele também não tem a certeza absoluta.

Queria dizer o seguinte: tomei posse em 9 de janeiro de 2008. O Dr. Jorge Tomé era, enquanto Presidente da Caixa BI, quem acompanhava o projeto La Seda e o início do projeto Artlant. Convidei o Dr. Jorge Tomé para fazer parte do meu Conselho de Administração, do Conselho de Administração a que presidi, e naturalmente que o conhecimento total da operação da La Seda e Artlant era dele e não meu. Eu tinha acabado de regressar de Madrid e estava muito longe de conhecer os contornos em que tinha sido feita quer a participação da Caixa na La Seda, quer o objetivo fundamental que levou a essa decisão...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Engenheiro, desculpe-me interrompe-lo, mas queria fazer uma pergunta que é pertinente.

Quando foi responsável máximo da Caixa em Espanha nunca a casa-mãe falou consigo sobre a operação la Seda?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — O Presidente da Caixa Geral de Depósitos, Dr. Carlos Jorge Santos Ferreira, numa visita que me fez, em Madrid, falou-me que a Caixa Geral de Depósitos ia tomar uma posição na La Seda. Porquê? Exatamente porque havia uma perspectiva muito grande de realizar um grande projeto em Sines...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Desculpe por o interromper novamente, mas estamos por volta do ano 2006?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Estamos a falar por volta do ano... Sim, foi por ocasião, se bem me recordo, de uma visita do Presidente da República, em que o Dr. Carlos Santos Ferreira o acompanhou, e, num jantar que tivemos, ele relatou-me exatamente esta situação.

Penso eu. Posso estar enganado, mas penso que foi nessa altura.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E o conteúdo da conversa foi só esse?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Só esse.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Quando o Sr. Eng.º Faria de Oliveira assume funções como Presidente Executivo da Caixa, no início de 2008, o único conhecimento que tinha sobre o *dossier* La Seda era esse?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Exatamente.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E pode então pormenorizar que reunião foi essa em 31 de março e qual o seu conteúdo?

Segundo Matos Gil, foi uma reunião onde o Sr. Eng.º Faria de Oliveira tomou conhecimento de que se passavam, segundo o próprio, «coisas estranhas na gestão da La Seda», e nessa reunião o Sr. Engenheiro ficou com uma visão, e até pelo Dr. Jorge Tomé, pois transmitiram-lhe a visão de que a situação da La Seda era extremamente difícil. A partir daí, com todos esses alertas e esses avisos vermelhos que recebeu, o Sr. Eng.º Faria de Oliveira disse que era conveniente manter — segundo os próprios — a Caixa «com o acelerador a fundo» na La Seda por razões de conveniência política. Segundo os próprios, houve pressão política de alguns políticos espanhóis para que a Caixa Geral de Depósitos prosseguisse e se envolvesse ainda mais na sua

posição, não só acionista mas também de financiador de alguns atos de gestão na La Seda.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Essa é uma narrativa completamente fora da realidade. Vou explicar detalhadamente o que se passou ao longo desse período.

Primeiro: o Dr. Jorge Tomé relatou-me a situação, como já referi, sobre o projeto La Seda e sobre o grande objetivo de trazer Sines para Portugal.

Relatou-me que o Presidente do Grupo Matos Gil, que tinha um acordo verbal para sindicância de voto com a Caixa Geral de Depósitos na La Seda, estava descontente com a orientação que estava a ser levada a cabo na La Seda naquele momento e achava que devia haver uma alteração da composição do Conselho de Administração da La Seda, inclusivamente para o tornar mais profissional, isto é, com uma composição onde estivessem mais presentes especialistas do setor.

Mais tarde vim a saber que algures em janeiro houve uma reunião do Sr. Matos Gil com o Presidente da La Seda, em que o Sr. Matos Gil estaria acompanhado por um representante da Ibersuizas. Colocou esta questão ao Presidente da La Seda, o Sr. Rafael Español, requerendo que era bom que ele saísse e era bom que houvesse uma recomposição do Conselho de Administração da La Seda.

Terá argumentado também que tinha dúvidas sobre uma operação de cedência de tecnologia a uma determinada instituição, que não estaria completamente espelhada nas contas da empresa; naquele momento era, ao que me foi relatado e ao que me disseram, o único elemento que estaria em causa.

O Dr. Jorge Tomé trocou depois impressões comigo sobre esta questão e vim a saber — atenção que o Dr. Jorge Tomé era também administrador

da La Seda — que, contrariamente à expectativa que tinha sido criada nessa reunião, que, sim senhor, o Presidente Rafael Español estava disposto a sair para haver uma reorganização do Conselho, um conjunto dos acionistas espanhóis tinha rejeitado liminarmente essa solução e, inclusivamente, teria feito queixa à CMVM que o grupo português estava a tentar tomar conta da La Seda e iria ser requerida uma OPA (oferta pública de aquisição) sobre a La Seda. Nessa altura, eu e o Dr. Jorge Tomé, com total consonância, dissemos: «isso é impensável. A Caixa não vai fazer uma OPA sobre a La Seda.»

Aqui é que começaram alguns desentendimentos que vieram, mais tarde, a levar a que a Caixa Geral de Depósitos tivesse posto fim ao acordo que tinha com o grupo português Imatogil.

Entretanto, as contas de 2008 são aprovadas em março, chamando-se a atenção do auditor para as dúvidas existentes...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Desculpe-me interromper. As contas de 2008 ou de 2007?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — As contas de 2007, aprovadas em março de 2008, foram aprovadas sem nenhuma reserva, sem nenhum comentário sobre qualquer tipo de situação de irregularidade que tivesse sido descoberta até essa altura.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Ou seja, o Dr. Jorge Tomé não manifestou nenhuma oposição, nenhuma reserva em relação às contas de 2007?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Não, não houve reserva de ninguém, nem sequer dos administradores do Grupo Imatosgil. Não houve reserva nenhuma às contas de 2007.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não foi isso que nos foi transmitido pelo Sr. Matos Gil e por isso é que lhe estou a fazer a pergunta.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Posteriormente, como penso que é do vosso conhecimento, verificou-se também que, devido à quebra das cotações da La Seda, que já ocorria, a Selenis SGPS, que tinha um financiamento da Caixa com um rácio de cobertura de 135%, desce o rácio em 9 de janeiro de 2008 e é-lhe chamada a atenção para a necessidade de repor o rácio de cobertura.

No lançamento da primeira pedra quem fez o discurso da parte portuguesa foi o Dr. Freire de Sousa, não Sr. Matos Gil, e o Dr. Freire de Sousa, tanto quanto eu e o Dr. Jorge Tomé nos recordamos, terá dito que a sua missão estava cumprida, no sentido em que o grande objetivo era de facto a instalação em Sines da fábrica, e não nos admirou que o Dr. Freire de Sousa tivesse apresentado a demissão a seguir, juntamente com o Dr. Nuno Gaioso, e, só por coincidência, também o Dr. Jorge Tomé.

É que o Dr. Jorge Tomé deixou de ser administrador da La Seda porque concluímos que não fazia sentido que um administrador da Caixa, que ao mesmo tempo acompanhava a Caixa BI, que era, dentro do grupo, quem seguia este projeto, se mantivesse como administrador da La Seda. E foi substituído pelo Dr. Rui Soares, nessa altura.

Não teve nada a ver. Ouvi aqui a intervenção do Dr. Jorge Tomé, não tenho a certeza que ele tenha dito isso, mas não tem nada a ver com qualquer posição de consonância ou de dissonância do Dr. Jorge Tomé com o Grupo Imatosgil. Ele saiu da La Seda porque não era conveniente, enquanto

administrador da Caixa, que se mantivesse como administrador da La Seda. Portanto, é outro assunto que é da maior importância clarificar.

Penso que é tudo em relação à sua questão. Depois posso continuar a falar mais sobre o projeto La Seda e o projeto Artlant, mas fica à vossa disposição.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mesmo para terminar — até porque também outros Deputados irão colocar questões e há mais rondas — , o que o Sr. Matos Gil nos disse foi que o Eng.º Faria de Oliveira, nessa reunião de março de 2008, assumiu uma posição contrária quanto à política em relação ao seu antecessor, Carlos Santos Ferreira, em relação à política de envolvimento da Caixa na La Seda. E também nos disse o que o Sr. Eng.º Faria de Oliveira transmitiu nessa reunião, e passo a citar: «Não convinha fazer muitas ondas para não entrar em conflito com aquela região, com a Catalunha». Depois, transmitiu-nos que o Eng.º Faria de Oliveira não teria tido sensibilidade ou conhecimento do que se estaria a passar. São palavras do Sr. Matos Gil aqui, na audição que se realizou.

Portanto, levantou as maiores suspeições — não digo suspeitas porque não é disso que se trata — sobre o grau de envolvimento do Eng.º Faria de Oliveira naquilo que foi, a partir de 2008, a política da Caixa na La Seda, com a subida do seu compromisso financeiro e das perdas que se iriam registar.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, de facto, não me lembro dos termos que utilizei na reunião tida com o Grupo Imatosgil, onde estive presente. Mas, em primeiro lugar, queria dizer que não houve alteração nenhuma em relação àquilo que eram, ou que tinham sido, os grandes objetivos que levaram à presença da Caixa como acionista da La Seda e a trazer o projeto Artlant para Portugal. O que houve, sim, foi

naturalmente um ato de gestão, que julgo de responsabilidade, que era evitar completamente que a Caixa fosse obrigada a fazer uma OPA sobre a La Seda. Isso, sim, é que era a questão fundamental.

Quanto ao resto, devo dizer que, enquanto *Chairman* da Comissão Executiva do Banco Caixa Geral, estive umas três vezes em Barcelona, numa delas a convite de uma instituição catalã, onde fui fazer uma intervenção sobre as relações entre Portugal e a Espanha e, naturalmente, aproveitar para referir o projeto que a Caixa estava a introduzir em Espanha.

E houve um almoço de seguida, onde um representante da Generalitat me convidou para na mesa da presidência desse almoço e me apresentou o Sr. Rafael Español como sendo um dos grandes empresários gestores da Catalunha. E foi aí que conheci o Sr. Rafael Español, que depois tornei a ver também no lançamento da primeira pedra. Não tive mais nenhuma conversa, a não ser o conhecimento que tinha de que para a Generalitat — e isto tinha-me sido particularmente informado pelo Dr. Jorge Tomé e com as pessoas da Caixa Capital que acompanhavam o projeto — a La Seda era, de facto, uma empresa de extraordinária importância, e a própria Generalitat veio a estar envolvida, posteriormente, no financiamento para, na fase em que a La Seda entrou em problemas financeiros, ajudar a resolvê-los.

Nada mais do que isto lhe posso dizer. Não tive uma conversa com nenhuma pessoa a nível de topo da Generalitat, com exceção desse almoço, de que nem me lembro quem foi o representante. Acho que era, na altura, o responsável pela área industrial ou pela área comercial da Generalitat, não me lembro bem. Não tive mais nenhuma conversa de nenhuma espécie com membros da Generalitat e, naturalmente, tinha a noção de que a pressão dos acionistas espanhóis junto da CMVM, que depois, aliás, veio a dar inteira razão à Caixa em relação à queixa que foi apresentada e, portanto, nada se passou. Mas o que eu não podia aceitar era, de facto, que a Caixa tivesse de realizar uma OPA, juntamente com a Imatogil, sobre a La Seda.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

É a vez, agora, do Grupo parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos e todas e o Dr. Faria de Oliveira também.

Penso que não faz muito sentido repetirmos a audição que já tivemos aqui e, portanto, queria aproveitar para tentar limar algumas arestas ou tentar complementar informação que entretanto fomos conhecendo no decorrer da Comissão de Inquérito.

Começava pelos créditos a José Berardo e pelo acompanhamento que a Caixa fez desses créditos e dessas garantias e precisamente pelo último crédito registado — e falámos sobre ele da última vez —, que é o terceiro financiamento de 38 milhões a Berardo em abril de 2008, ou seja, quando as ações do BCP já estavam a cair acentuadamente e quando já se percebia que fazia muito pouco sentido continuar a financiar acionistas do BCP para a compra de ações.

Tivemos a oportunidade de nos ter sido dito que quem negociou esse crédito com José Berardo foi o administrador Francisco Bandeira. Não sei se tem memória ou não disso e queria começar por lhe perguntar porquê nomear um outro administrador para tratar pessoalmente com José Berardo este último crédito.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Os meus cumprimentos, também, à Sr.^a Deputada.

Tanto quanto me recordo, numa reunião do Conselho de Administração em que estávamos a falar sobre o pedido que tinha sido feito de utilização da parte livre da linha de crédito de 350 milhões, que estava em

vigor com o Sr. Berardo, dissemos que, face à evolução das cotações, embora obrigados contratualmente porque não havia incumprimento, não nos parecia adequado fazê-lo sem que, pelo menos, conseguíssemos mais garantias.

Nessa altura, na discussão do Conselho, ficou estabelecido que quem realizaria o contacto com o Sr. José Berardo deveria ser o Vice-Presidente, que tinha muita experiência, ao fim e ao cabo, de negociações de natureza comercial e estava predisposto, de facto, a ter uma conversa com o Sr. Joe Berardo no sentido de assegurar que eram conseguidas mais garantias e, muito em particular, o aval que tinha sido recomendado pela Direção Geral de Risco e que na primeira operação não tinha sido obtido.

E assim foi. O Sr. Joe Berardo teve uma reunião com o Dr. Francisco Bandeira e aceitou, de facto, a concessão desse aval e aqui queria chamar a atenção — penso que já o fiz na última reunião — para o facto de naquela altura ainda não haver uma avaliação do património efetivo que estava no Sr. Berardo. Sei que o contexto da altura era admitir que o Sr. Joe Berardo era uma das maiores fortunas nacionais, etc. Bom, e em qualquer caso, também como já aqui disse, é prática bancária que os avales pessoais, para além do valor que têm do ponto de vista material, têm um valor muito mais poderoso, que é o valor moral e o valor reputacional.

Em qualquer circunstância, foi assim que o Dr. Francisco Bandeira se viu envolvido nesta operação, mas creio que exclusivamente, e à parte disso, na presença que teve nas reuniões no Conselho Alargado de Crédito, onde depois foram tratadas situações ligadas ao empréstimo do Sr. Berardo, foi a única intervenção que teve, porque na realidade o administrador que fazia a ligação com o Grupo Berardo era o Dr. Jorge Tomé.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não vou retomar a discussão sobre o aval e como é possível a Caixa aceitar um aval pessoal sem avaliar património, penso que essa questão já foi amplamente discutida.

A minha pergunta é a seguinte: se a Caixa era contratualmente obrigada a dar o crédito e se José Berardo já no passado tinha recusado esse aval, qual é o poder negocial da Caixa para obrigar o José Berardo a dar um aval?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — O poder negocial resulta, naturalmente, da negociação e, fundamentalmente, consiste em procurar convencê-lo que vamos resistir até à última utilização remanescente da linha de crédito se ele não concedesse mais garantias. É uma questão eminentemente de natureza de estratégia negocial que foi adotada naquele momento.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Mas na prática não houve mais garantias, houve um aval pessoal que tinha um valor moral e simbólico, mas não houve reforço de garantias?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Posso deixar o contrato que foi estabelecido nessa altura, onde, na realidade, do meu ponto de vista, há claramente reforço de garantias. Para além do aval pessoal, há um conjunto de cláusulas de *stop loss* que reforçam, em relação ao contrato anterior, também a situação da Caixa. E, acima de tudo, não há aumento de exposição, pelo contrário, até há diminuição, porque o contrato estipula claramente que o restante remanescente da linha de crédito que estava em vigor não será utilizado até ao pagamento integral deste contrato. Não é deste, dos 38 milhões, é o do 38 mais os outros, duzentos e cinquenta e tal.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — O que continuo sem perceber é o seguinte: se a Caixa tinha margem para negociar uma redução da linha e mais garantias — apesar de não ser muito claro, não são garantias reais, podem

ser algumas garantias contratuais, mas garantias reais não existiram, porque o crédito foi dado com um rácio de 100% de cobertura com penhor de ações BCP, tal como os restantes —, apesar disso, se a Caixa consegue ameaçar que não dá o crédito, de forma a forçar José Berardo a aceitar, haveria uma possibilidade de não ter dado esse crédito ou de ter resistido, tal como foi aqui dito, como estratégia negocial.

De facto, provou-se que esse crédito fazia pouco sentido, porque é dado em abril, mas nesse mesmo ano, no final do ano, a Fundação José Berardo entra em incumprimento de juros. Por isso, o primeiro incumprimento de juros da Fundação Berardo é em 2008.

Nesse ano de 2008, a Fundação Berardo ainda tinha investimentos financeiros líquidos de mais de 1000 milhões de euros, tinha proveitos financeiros de 11 milhões de euros e até se deu ao luxo de investir 230 milhões na própria Coleção Berardo.

Quando discutimos porque se deu ou não deu um crédito a José Berardo só com a penhora das ações, é-nos sempre dito que não foi só com a penhora das ações, porque a Fundação tinha património e a Fundação tinha proveitos. Por isso, pergunto por que é que não executaram a Fundação em 2008 e esperaram, até a Fundação deixar de ter património e deixar de ter proveitos, para tentar executar José Berardo.

O Sr. Eng.º **Faria de Oliveira**: — Sr.ª Deputada, em primeiro lugar, queria dizer que o contrato a que fez referência tem, de facto, para além do aval, uma cláusula, a cláusula 15.ª, que obriga a reforço de garantias e, em anexo a esse contrato, há mesmo um contrato de prestação de garantias que permitiu que fosse executado imediatamente, logo em julho, quando obrigámos o Sr. Berardo a vender um conjunto de participações que tinha na área das telecomunicações e a pagar, em *cash*, uma verba de 25 milhões à Caixa Geral de Depósitos, para além de um reforço de garantias em títulos.

Portanto, o próprio contrato, na realidade, e em primeiro lugar, é um contrato com aumento de garantias.

Em segundo lugar, perguntou-me por que razão não executámos imediatamente o Sr. Berardo. Penso que o Dr. Jorge Tomé, na sua audição, foi bastante extensivo nesta matéria, mas eu gostava de a retomar. Tenho a certeza de que a Sr.^a Deputada sabe o que vou dizer e que os Srs. Deputados, em geral, também sabem, mas, como isto é uma audição que está a ser transmitida para muita gente que não está ao corrente destas matérias, gostava de deixar claro que há dois tipos de incumprimentos em relação aos quais são seguidas determinadas práticas pelo sistema bancário para procurar obstaculizá-los. O primeiro é o incumprimento de garantias. Que soluções são possíveis quando há incumprimento de garantias? São possíveis as seguintes soluções: em primeiro lugar, reposição de garantias; em segundo lugar, concessão de moratórias; em terceiro lugar, reestruturação do crédito; e, em quarto lugar, execução de garantias. Estas são as quatro modalidades geralmente utilizadas neste domínio.

No que diz respeito ao incumprimento do serviço da dívida, as modalidades mais utilizadas são: em primeiro lugar, concessão de moratória; em segundo lugar, reestruturação do crédito; e, em terceiro lugar, insolvência com execução.

Quais são as principais condicionantes das decisões? Em primeiro lugar, sempre a avaliação da situação económico-financeira do cliente, seja empresa seja particular, da sua capacidade de recuperação face ao contexto que o levou a entrar em incumprimento, da viabilidade económico-financeira no caso de se tratar de uma empresa, ou da situação económica quando se trata de um particular. Também a ênfase e o foco na análise da operação com uma avaliação dos riscos de contraparte, de mercado, de taxa de juro e, no caso de haver certo tipo de garantias, de volatilidade e de liquidez.

A ênfase na análise global do *dossier* de cliente é outro fator determinante neste tipo de avaliações. Mas também a análise do *portfolio* dos negócios, o contributo para o produto bancário da Caixa, os efeitos colaterais nas empresas clientes da Caixa, que estão a montante ou a jusante daquele próprio cliente, e eventuais impactos colaterais, nomeadamente a nível da estabilidade financeira e do crescimento económico, são especialmente relevantes.

A Direção de Gestão de Risco intervém nesta matéria, designadamente nas duas primeiras componentes, isto é, no que diz respeito à avaliação da situação económico-financeira e à análise da operação em concreto.

O Conselho Alargado de Crédito, em geral, toma em consideração todos os outros fatores.

Isto é um introyto para poder explicar as razões que levaram a não executar o Sr. José Berardo até 2018, com exceção das execuções que não requereram, a partir do final de 2008, a aplicação do acordo-quadro que só veio a ser assinado em 2012 entre os três bancos que ficaram com a garantia da coleção de arte.

Ora bem, face a um incumprimento de garantias, colocavam-se basicamente em jogo três tipos de opções, que eram estas: uma opção de venda das ações em bolsa, uma das quais está, aliás, particularmente consagrada no contrato dos 38 milhões; uma segunda hipótese, que era uma operação de venda estruturada em investidores institucionais; e uma terceira hipótese, que era o reforço de garantias para evitar a execução ou em contraponto com a realização de uma execução.

A primeira opção, como já foi aqui detalhada pelo Dr. Jorge Tomé, tinha os seguintes problemas: a cotação do BCP estava sob pressão; na Bolsa de Valores de Lisboa havia um *trading* diário das operações do BCP que rondava os 3,5 milhões a 4,5 milhões de ações; para vender um número muito significativo de ações do BCP, mesmo que fosse possível, o que é

duvidoso, que a Caixa Geral de Depósitos pudesse vender 50% das ações que eram transacionadas ao melhor, acontecia que ia havendo desvalorizações sucessivas do valor da cotação do BCP e isto iria derreter as ações do BCP e causar um problema sistémico da maior relevância e importância.

Esta é uma matéria de fundo, é uma matéria que envolve grande responsabilidade. Como viram, pouco tempo depois, um banco de uma dimensão muito menor, o BPN, criou o conjunto de problemas que criou. Na realidade, não havia condições para se proceder a este tipo de venda. Além disso, no confronto que se fez entre o que se ganhava com esta opção e o que se ganhou com a opção contrária, de fortalecimento, de reforço das garantias, é manifestamente evidente que o reforço de garantias se traduzia numa opção muito mais favorável para a própria Caixa Geral de Depósitos.

Na segunda opção, que era proceder a uma operação de venda estruturada em investidores operacionais, os efeitos são muito próximos destes. Há, naturalmente, nuances diferentes em relação a esta matéria, porque, à volatilidade do *trading* diário das operações, se acrescenta o risco adicional do prémio de iliquidez que iria também afetar o preço de transação.

Mas também quando se compara aquilo que poderia ser obtido numa transação desta natureza, que era qualquer coisa da ordem dos 60 milhões de euros, com a vantagem que adveio da obtenção do reforço de garantias por via dos títulos da Associação Berardo, sem dúvida que esta é também uma opção inferior, que iria lesar a Caixa Geral de Depósitos.

Portanto, não há dúvida de que a terceira opção, que foi espoletada pela Caixa Geral de Depósitos... A Caixa Geral de Depósitos andou permanentemente à procura daquilo que a Sr.^a Deputada, e muito bem, referiu, na tentativa de encontrar outro tipo de garantias por parte do Sr. Berardo (outro tipo que não fossem, naturalmente, as ações do BCP). E aquela que surgiu como mais evidente — e essa era clara porque era uma

evidência que era detida pelo Grupo Berardo — foi exatamente a coleção das obras de arte.

Já aqui foi dito que houve um trabalho, que julgamos ter sido muito intenso por parte dos departamentos jurídicos — a começar pelo da Caixa que foi quem o iniciou, mas também depois pelos dos outros bancos com a assistência de Vieira de Almeida —, para assegurar a valia desta garantia. De tal maneira que estava prevista — e acho que consta de um anexo, mas aí já não tive acesso ao contrato — uma indexação dos títulos ao valor das obras de arte.

Portanto, do ponto de vista dos interesses da Caixa Geral de Depósitos — que ainda por cima era acionista do BCP que tinha 220 000 pequenos acionistas, o que também importa ter em consideração —, do ponto de vista da estabilidade financeira, onde havia, na realidade, um risco sistémico significativo, do ponto de vista da responsabilidade do gestor de uma instituição pública, sinceramente não tenho dúvida nenhuma de que esta é a única decisão responsável.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O senhor disse uma coisa que acho interessante, que é o facto de a Direção de Gestão de Risco intervir em duas vertentes, que são a análise financeira e a execução de garantias. Acontece que, entre 2007 e 2012, a Direção de Gestão de Risco não foi chamada a pronunciar-se sobre uma das reestruturações do Grupo Berardo. Quer dizer-nos porquê?

O Sr. Eng.º **Faria de Oliveira**: — Sr.^a Deputada, as reestruturações do Grupo Berardo foram das mais discutidas, em tempo e em número de dias de Conselho de Administração, durante toda a atuação do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos.

O nível de detalhe de informação que íamos tendo em relação a essa matéria, matéria que também, para além da Direção de Grandes Empresas, devido a estar muito ligada às flutuações que ocorriam no mercado de capitais, era particularmente acompanhada pela Caixa BI e naturalmente também com reuniões com o diretor-geral da Direção de Gestão de Risco. Foram operações extremamente acompanhadas, como também já referi, pela Direção de Assuntos Jurídicos durante todo o tempo, porque era uma preocupação permanente do Conselho de Administração. De tal maneira que também foi aqui dito, e bem, pelos responsáveis do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, que o próprio Conselho de Administração, no diálogo e correspondência que tinha com o acionista Ministério das Finanças, tinha sempre isto presente e deixava permanentemente esta questão como fonte de preocupação.

A Caixa Geral de Depósitos, que teve resultados sempre positivos durante este mandato, não deixou nunca de ser muito, muito penalizada pela desvalorização da cotação das ações do BCP e pelo registo de imparidades em tudo o que tinha a ver com as garantias que existiam em relação a várias operações dadas com garantia de colateral BCP, ações do BCP, que totalizavam cerca de 1,2 biliões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isso não é um fator que desculpabiliza a Caixa. Isso é um fator que nos prova a irresponsabilidade dos administradores da Caixa, ao terem concedido créditos e terem tomado como garantia 8% do capital de uma instituição — 8%! Portanto, não me parece que seja de forma nenhuma uma desculpa. Acho que, pelo contrário, é um dos problemas.

Mas, ainda assim, pergunto se não é obrigatório ou, pelo menos, regular, de acordo com os normativos internos da Caixa, que qualquer operação de reestruturação como aquela que aconteceu em dezembro de 2008

— em que há uma carência de 18 meses de juros, em que há a tomada, pela primeira vez, como garantia das obras de arte da Coleção Berardo e em que há mais 7,5 milhões de euros entregues a José Berardo para pagar juros — tenha um parecer do Risco.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — O Diretor-Geral do Risco ia acompanhando a realização destas operações e estas operações foram rodeadas das maiores cautelas e havia clara noção dos riscos envolvidos.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Eu não lhe perguntei isso. É que hoje não tenho como confirmar aquilo que o senhor me está a dizer porque não há nenhum parecer. A minha pergunta é muito simples: de acordo com o normativo da Caixa, deveria ou não haver um parecer do Risco? Há formalidades e as formalidades têm de ser cumpridas e, por isso, a pergunta é simples: tinha de haver parecer do Risco ou não tinha de haver parecer do Risco?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Admito que deveria haver parecer do Risco, o que não quer dizer que o Risco não estivesse envolvido, mas parecer formal do Risco, escrito, de facto, não tenho a certeza de existir.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do CDS-PP. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Cecília Meireles.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Eng.º Faria de Oliveira e vou aproveitar esta audição para confrontá-lo com algumas coisas que, entretanto, se tornaram claras ao longo da Comissão.

Queria voltar à questão da La Seda, porque há aqui algumas coisas que ficaram por esclarecer.

Aquilo que o Dr. Matos Gil nos disse foi que, a seguir ao lançamento da primeira pedra, teve uma reunião na Caixa. Basicamente, o que transmitiu foi que as coisas estavam a correr muito mal na La Seda e que o Eng.º Faria de Oliveira lhe tinha dito que não convinha fazer muita ondas e que não se metiam com catalães. O que eu gostava de perceber era o seguinte: contou-nos outra versão e disse-nos que a Caixa Geral de Depósitos não queria entrar numa OPA à La Seda, mas a verdade é que a Caixa Geral de Depósitos acabou por ficar aqui no meio do caminho e eu gostava de entender porquê, porque nem fez a OPA nem, por outro lado, não saiu do capital, permaneceu lá e, repito, eu gostava de entender porquê.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.ª Deputada, é fácil saber porquê, porque queríamos o projeto Sines em Portugal. Não havia nenhuma decisão que pudesse mostrar qualquer tipo de desinteresse face à realização de um projeto que era considerado de interesse nacional e de particular relevância para o nosso País.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, a decisão de ficar no capital da La Seda tem, única e exclusivamente, a ver com a construção do projeto industrial em Sines.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Na minha perspetiva, sem dúvida.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E quando diz «queríamos o projeto industrial», o «queríamos» era a Caixa ou era o acionista da Caixa?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.ª Deputada, era o País.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Era o País não, porque eu não me lembro... Alguém veio consultar, por exemplo, o Parlamento, perguntando se fazia sentido a Caixa Geral de Depósitos ficar com capital na La Seda para ter um projeto industrial? Não me lembro de alguém ter vindo fazer essa consulta! Portanto, o «queríamos» há de ter sido alguém.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.ª Deputada, ao longo da minha vida não me lembro de nenhum projeto de investimento industrial ter sido discutido no Parlamento e devo dizer que quando trouxe para Portugal o projeto Ford/Volkswagen, nessa altura, eu tive diálogo com os presidentes de todos os partidos portugueses sobre essa matéria porque considero que é de particular relevância. Agora, um projeto de investimento industrial ser considerado projeto de interesse nacional faz parte das competências de qualquer Governo eleito e a Sr.ª Deputada foi membro do Governo sabe muito bem que isso é assim, isso é uma competência do executivo.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Continuamos a divagar um bocadinho, porque estamos a falar de um processo concreto da Caixa. Naturalmente que um projeto industrial tem interesse para Portugal, seja este seja outro. Agora, quando diz que a única razão para a Caixa Geral de Depósitos ter ficado no capital da La Seda era porque «queríamos o projeto», pergunto quem era este «queríamos».

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Quando um projeto é definido de interesse nacional o querer significa uma certa universalidade na vontade de o trazer para Portugal.

Vamos lá ver: tenho de ir mais longe porque...

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Mais longe e mais fundo!

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Sim, sim, Sr.^a Deputada.

O projeto de Sines está integrado naquilo que, desde os anos 60, foi considerado um desígnio nacional. O desenvolvimento do polo de Sines, a começar pelo porto e depois por um desenvolvimento de um polo petroquímico e de um conjunto de atividades industriais complementares, designadamente ligadas à metalomecânica e à metalurgia, foi sempre uma matéria acompanhada, ao longo de décadas, por todos os governos portugueses e era sempre o mesmo tipo de objetivo: procurar dinamizar o polo de Sines e torná-lo um polo atrativo para todo o tipo de movimentação de cargas e de produtos que necessitassem de serem trazidos para a Europa por via marítima.

Portanto, como desígnio nacional — infelizmente não há muitos —, é um projeto que, do meu ponto de vista, mas não é isso que está em causa, faz todo o sentido.

O polo petroquímico de Sines já existia, com uma presença forte, designadamente, da então Petrogal, mas também de um outro conjunto de atividades. A pretensão de trazer para Portugal este projeto parece-me completamente lógica, natural e legítima. Era complementar, tinha grandes sinergias com a GALP — inclusivamente a GALP chegou a ser envolvida no início deste projeto —, isso foi visto na altura por quem decidiu e reconheço que, quando eu cheguei, do meu ponto de vista, fazia sentido tentar assegurar que ele viesse para Portugal.

Nesse sentido, quando faz a pergunta sobre quem decidiu, é óbvio que o Governo português estava particularmente interessado em trazer este projeto para Portugal, inicialmente era claro que o acionista La Seda estava

interessado em trazê-lo para Portugal, mas passou-se uma fase em que, por força das aquisições que foram efetuadas, começaram a haver dúvidas sobre a realização deste investimento em Portugal ou em Terragona, em Espanha, e, na realidade, sentiu-se que deveria haver a possibilidade de continuar a exercer a influência necessária para dar seguimento àquilo que se pensava que já estava decidido.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Percebo tudo o que me está a dizer, só acho que há uma profunda diferença entre considerar-se que um projeto tem interesse para Portugal e decidir-se financiá-lo através da Caixa em duas ou três vezes o seu valor. Como membro de governo que já fui posso, dizer-lhe que há projetos que posso achar interessantes mas não acho necessariamente interessante que os contribuintes paguem duas e três vezes esse projeto. O que eu quero perceber aqui é se isto foi a sua interpretação da vontade do Governo por o projeto ser PIN (Potencial Interesse Nacional) ou se alguém lhe deu essa indicação, por parte do Governo.

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.^a Deputada, eu já disse aqui, e até aproveito para eventualmente fazer uma precisão, que este projeto foi manifestamente apoiado pelo Governo em várias fases, a última das quais envolveu já o Ministro da Economia Vieira da Silva.

Ontem, estive a rever a intervenção que fiz quando aqui estive pela primeira vez e fiquei eu próprio com dúvidas sobre a interpretação que foi dada nas reuniões havidas com o Ministro Vieira da Silva sobre se eu tinha ou não tinha estado presente.

Quem esteve presente, por parte da Caixa, nessas reuniões, foi o Dr. Jorge Tomé e não eu, e era esta a precisão que eu queria fazer.

Mas essas reuniões — foram mais do que uma — envolveram o representante da Caixa, o Presidente do AICEP (Agência para o

Investimento e Comércio Externo de Portugal), o Presidente da ECS, o Presidente da Inovcapital e, naturalmente, o da La Seda.

Portanto, foram reuniões onde foi evidente que se continuava a manifestar o interesse de concretizar o projeto de Sines e, aliás, a construção da fábrica já estava avançada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Foram posteriores no tempo ao momento em que a Caixa já tinha sido alertada para o facto de as coisas estarem a correr muito mal na La Seda.

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Em 2009, quando foi feita a aprovação das contas de 2008, e anteriormente por força da presença do nosso administrador na La Seda, verificou-se que, de facto, as contas de 2009 foram aprovadas com empate no seio do conselho de administração e decisão por voto de qualidade do presidente, foram obrigatoriamente assinadas por todos os administradores, mas o administrador da Caixa Geral de Depósitos assinou pondo por baixo «com o meu voto contra».

Portanto, nessa altura, estamos a falar em março ou abril de 2009, a situação da La Seda tinha-se degradado e tinham-se confirmado plenamente algumas suspeitas de operações não devidamente contabilizadas, e não só, que levaram depois à decisão do conselho de administração de enviar para a justiça esse conjunto de situações.

Como disse, a situação da La Seda vinha a degradar-se e foi necessário proceder à reestruturação financeira e empresarial da La Seda.

Ainda com o sentido de assegurar a concretização de um projeto que já estava parcialmente construído, a Caixa Geral de Depósitos, que tinha perdido o seu parceiro industrial, que era a Imatosgil, procurou encontrar um outro parceiro industrial. Eu também já disse na última reunião que foi escolhido o Dr. Carlos Moreira da Silva. E porquê? Porque a Barbosa &

Almeida tinha um investimento significativo em Espanha e o Eng.º Moreira da Silva, que era, e é, considerado um grande gestor, interessou-se pelo projeto e pôs uma equipa a fazer uma *due diligence* sobre a situação e a viabilidade da La Seda. Então, foi realizada uma grande reestruturação financeira da La Seda, que, em virtude de envolver várias empresas no exterior, acabou também por ter de ser aprovada no tribunal de Londres.

Essa operação, que consistiu nessa reestruturação de grande dimensão, foi naturalmente liderada por um grupo bancário e a La Seda concluiu esse processo de financiamento sindicado no montante de 600 milhões, o qual incluía, entre outros pontos, a conversão da dívida em capital no montante de 150 milhões, operação que se enquadra no aumento de capital de 300 milhões, aprovado na assembleia geral que tinha sido realizada no final de dezembro. A entrada de 150 milhões em *cash* foi concretizada e parcialmente realizada pela Caixa Geral de Depósitos e houve ainda uma conversão de 150 milhões de dívida em capital.

Houve nesta operação de reestruturação da La Seda um conjunto de condicionantes de grande relevo, designadamente: a concentração da atividade da empresa nas soluções PET, mantendo oito unidades de pré-formas — esta foi uma das opções mais relevantes — e encontrar novas aplicações para o PET, especialmente nos setores automóvel e da construção, uma redução da capacidade de produção de resina PET; a potenciação da produção de material reciclado PET; a redução da dívida do grupo em 75 milhões, por via de operações; desinvestimento da venda de ativos não estratégicos; o desinvestimento nos negócios de matérias-primas, designadamente na área de PTA — esta era uma das áreas que mais interessavam ao anterior grupo industrial que acompanhava a Caixa Geral de Depósitos —, e uma redução no envolvimento no projeto de Sines, onde inicialmente o capital da La Seda devia ter sido de 60% e veio a ser reduzido para 49%.

No acordo de reestruturação, foi definido um período de carência de dois anos na amortização de capital; um empréstimo bancário no valor de 236 milhões de euros, no prazo de oito anos; um empréstimo bancário no valor de 210 milhões, por um prazo de cinco anos, e uma conversão de dívida em capital no montante de 150 milhões. Nessa conversão de dívida, como já referi, a Caixa Geral de Depósitos acabou por realizar uma *tranche* de 25 milhões.

Quando se faz esta reestruturação, o Eng.º Moreira da Silva, que era membro não executivo da La Seda, é eleito pelos acionistas de então como Presidente do Conselho de Administração da La Seda, passou a presidir aos destinos da La Seda e, naturalmente, a representar a La Seda no projeto de Sines.

Não há dúvida de que a situação na La Seda acabou por não conduzir aos resultados esperados — a verdade é que ele acreditava tanto no projeto que, quando a Caixa pôs 25 milhões de euros, ele pôs 65 milhões de euros no aumento de capital —, por força da situação do mercado da matéria-prima, que teve uma fortíssima queda, e da crise financeira internacional, também com a redução do mercado de destino das exportações, e a La Seda acabou por entrar mais tarde, em 2014, no processo de acordo de credores que é conhecido. Portanto, nesse aspeto correu mal.

Por que razão, em relação ao projeto Artenius, depois Artlant, a Caixa Geral de Depósitos, que, inicialmente, sempre admitiu, pensou e fez negociações com outros bancos para sindicar a operação, se viu isolada nesta matéria? Porque, entretanto, ocorreu a crise financeira e houve seriíssimos problemas de liquidez que afetaram a generalidade dos bancos — graças a Deus, a Caixa Geral de Depósitos foi a instituição que resistiu francamente melhor a toda esta situação e que suportou várias instituições bancárias — e a Caixa Geral de Depósitos, que tinha avançado com o projeto, depois, acabou por não conseguir sindicá-lo.

Mas o projeto já ia em andamento, concretizou-se e, como tive a oportunidade de dizer, na última reunião, creio que, para o País e para os portugueses, ainda bem que se concretizou.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A questão aqui não é ter-se concretizado, a questão é quanto é que custou. Era ou não possível ter custado menos?

Tudo aquilo que descreveu, tanto quanto percebi, foi feito a partir de março de 2009?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Sim, eu tenho aqui a...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, desde março de 2008, que a Caixa Geral de Depósitos sabia que as coisas não estavam a correr bem na La Seda?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.^a Deputada, toda a gente sabia! Vivíamos a maior crise financeira e económica de sempre, desde 1929.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Desculpe, aquilo que o Dr. Matos Gil aqui disse não foi que o tinha alertado para o facto de se viver a maior crise financeira e económica das últimas décadas, mas que o alertou para um problema muito específico da La Seda. Isto é verdade ou não?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — O problema muito específico da La Seda, na ótica dele, era que a La Seda estava a ser uma estratégia que não lhe convinha. Está bem?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E foi para isso que ele o alertou? Não foi, por exemplo, para problemas que surgiram depois, não só na ótica do Dr. Matos Gil, mas também na ótica das autoridades espanholas?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Em 2008, tanto quanto eu sei e tanto quanto fui informado, Sr.^a Deputada, essa situação não era ainda visível. Havia apenas suspeitas em relação a uma transferência de tecnologia, a *royalties*.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pergunto isto porque a tese que o Dr. Matos Gil nos veio aqui dizer, tanto quanto percebi — estou a dar a minha interpretação, não estou a citá-lo —, era a seguinte: «Atenção, porque, nesta altura, em março de 2008, avisei que as coisas não iam correr bem, eu avisei que aquele negócio ia correr mal e, portanto, se a Caixa Geral de Depósitos decidiu lá ficar, mesmo depois de ter avisado, não serei eu, agora, que vou ter de pagar o prejuízo e pagar o que devo, porque a Caixa é que devia ter vendido», sobretudo as ações que ele próprio tinha dado como garantia.

Gostava de perceber qual é a explicação e qual é a sua resposta a isto.

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.^a Deputada, o que hei de dizer-lhe?

O Sr. Matos Gil tinha os seus interesses próprios e específicos — legitimamente, atenção, não estou a pôr isso em causa. Os seus interesses próprios e específicos são legítimos! O que é que ele observava, por um lado? Que havia uma orientação, que estava a ser seguida — estou a falar do início de 2008, conforme referiu agora, quando entrei na Caixa —, por parte do Conselho de Administração da La Seda no sentido de continuar o processo de aquisições e, eventualmente, deixar de realizar o investimento que tinha

conduzido à entrada da Caixa no capital da La Seda e, com isso, concordávamos inteiramente. Portanto, procurar continuar a insistir no seio da La Seda para que esse projeto avançasse, não fosse adiado no tempo e que, na realidade, em função da crise, não fazia sentido continuar uma estratégia de aquisições por parte do grupo La Seda, mas a deterioração da La Seda verifica-se depois.

A La Seda, nessa altura, era uma empresa bastante reputada, disputada por todos os bancos, com um *rating* bastante elevado e com participação nas suas necessidades financeiras, que, na altura, nem sequer eram exageradas, pois começaram a ser exageradas à medida que os investimentos foram sendo feitos, o mercado caiu e as receitas não cobriam, depois, ao fim e ao cabo, as necessidades que tinham sido resultantes da crise e que se desviavam dos *business plans* que tinham levado à compra das tais unidades.

Foi nessa altura que, apesar de tudo, os sindicatos bancários — um liderado pelo Santander, outro liderado pelo Deutsche Bank — tinham apoiado significativamente a La Seda, inclusivamente o nosso BCP, contrariamente ao que foi aqui dito. O nosso BCP entrou com uma *tranche* de 60 milhões nesse financiamento.

Em 2009, de facto, verificam-se quer situações irregulares na condução da empresa, quer a deterioração da situação económica da empresa. E tomámos as medidas que julgámos que deviam ter sido tomadas para, por um lado, evitar que o projeto da Artlant ficasse a meio e, por outro, procurar que um outro empresário nacional extremamente reputado se interessasse e envolvesse no assunto e nos desse garantias de boa continuidade do negócio.

Portanto, isto são ações de tentativa de encontrar soluções e não de desistência, que teriam levado automaticamente a prejuízos sérios.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Prejuízos sérios também houve, mesmo com estas decisões. A diferença que pode apontar é que agora, no fim, há uma fábrica para mostrar e se não fosse assim não haveria, mas os prejuízos também seriam substancialmente menos.

Não lhe fiz esta pergunta por acaso. Curiosamente, a argumentação do Sr. José Berardo não é fundamentalmente diferente desta argumentação — e é também a minha interpretação do que ele diz —, quando diz que a Caixa tinha obrigação de vender e que, se não venderam, o problema não era dele, quando diz que a Caixa tinha cláusulas de *stop loss* e obrigações do BCP e que, quando caíram abaixo de determinado valor, se não as vendeu, então o problema não é dele e não está disponível para pagar por isso.

Gostava de perceber, também, o que responde a isto.

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.^a Deputada, acho que é muito fácil responder a isso, extremamente fácil!

Em primeiro lugar, penso que essa argumentação de qualquer dos dois é eminentemente uma argumentação de carácter jurídico. A realidade é completamente diferente, é radicalmente diferente!

A verdade é que, quer num caso, quer no outro, em qualquer das situações, as duas empresas ou grupos envolvidos tudo fizeram para evitar que isso acontecesse, reforçando garantias — no caso do Sr. Berardo, só num ano, por 11 vezes, depois através da coleção de arte, etc... Tudo fizeram para que tal não acontecesse! Porquê? Porque é evidente que se a Caixa tivesse imediatamente executado as ações e vendido ao preço que seria suscetível naquele momento tinha provocado uma derrocada total, ao fim e ao cabo, nas instituições em causa e eles próprios perderiam tudo que tinham. Portanto, é um argumento de defesa jurídica e não corresponde à realidade. A realidade é completamente diferente!

Uma instituição, um banco público como a Caixa Geral de Depósitos, Sr.^a Deputada, tem de ter uma visão de responsabilidade integral em relação ao sistema financeiro português, tem a estrita obrigação de defender a estabilidade financeira portuguesa, tem a estrita obrigação de defender os interesses dos seus depositantes e isso é absolutamente constante, pelo menos, na administração a que presidi, e creio que também nas outras. Mas naquela a que presidi tivemos sempre presente a necessidade de olhar para problemas que surgiram no momento histórico mais difícil para o sistema bancário de sempre. Aqueles três anos foram alucinantes, foram de vertigem, eram problemas de liquidez brutais, eram problemas de desvalorização das cotações do outro mundo, eram problemas de necessidade de apoiar a economia para evitar uma depressão fortíssima, eram problemas de acompanhamento da tesouraria do Estado, do apoio às empresas públicas.

Nós realizámos uma tarefa, Sr.^a Deputada, que, peço imenso imensa desculpa por lho dizer, em consciência, considero que era extraordinariamente difícil ter feito mais e melhor. Vivemos um período que é esquecido permanentemente e que foi o pior período de sempre de gestão do sistema bancário, um período em que os problemas eram em catadupa. Para além dos problemas herdados, surgiam permanentemente problemas novos.

Creio que o conselho de administração a que presidi, os diretores e os trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos deram tudo o que podiam. De alguma maneira, deram o seu melhor para enfrentar uma situação tão difícil.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Falou com o Banco de Portugal sobre este assunto?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Em que termos, Sr.^a Deputada, não estou a ver...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Acabou de dizer que não podia executar a garantia porque punha em causa a estabilidade do sistema financeiro e que a Caixa tem a estrita obrigação de a defender. Como eu vivia na convicção de que o supervisor também tinha essa estrita obrigação, gostava de saber se falou com ele sobre o assunto.

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — No início de 2008, não me lembro de ter falado. Não me recordo, exatamente, de quando tive a primeira reunião com o Sr. Governador, mas foi bastante mais à frente.

A partir de setembro, as reuniões com o Banco de Portugal passaram a ser muito intensas e regulares. Aí, sim, foi claramente manifestada a importância da Caixa na salvaguarda da estabilidade financeira.

Em relação ao caso concreto da La Seda, não me lembro de ter sido...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não é da La Seda, é das ações do BCP que a Caixa tinha como penhor.

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Nunca me foi falado.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Nem nunca falou sobre isto?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.^a Deputada, já lá estavam.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sei, mas quero saber se discutiu este assunto com o Banco de Portugal.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.ª Deputada, qual era a razão para eu falar com o Banco de Portugal?

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ainda há bocadinho acabou de dizer «Não podia executar esta garantia, porque se executasse o penhor, obviamente, o que provocava punha em causa a estabilidade do sistema financeiro e a Caixa, enquanto banco público, tem obrigação de defender a estabilidade do sistema financeiro», coisa que não contesto.

O que contesto e não percebo é como é que a Caixa, enquanto banco público, ao mesmo tempo, tem a obrigação de defender a estabilidade do sistema financeiro não executando um penhor de ações de 8% do BCP e é um banco comercial para dar estes créditos que levaram a que estas ações fossem empenhadas em garantia. Ter as duas coisas no mesmo banco, acho um bocadinho difícil.

O que pergunto é: um, e porque já estou a ficar sem tempo, falou com o Banco de Portugal para dizer que tinha uma garantia e se a executasse punha em causa violentamente a estabilidade do sistema financeiro, para não dizer que punha em causa também o valor da própria garantia, como é evidente? Dois, era possível executar a garantia, vendendo as ações faseadamente de modo a não provocar esta agitação no mercado?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.ª Deputada, a situação da eventual execução das garantias só se coloca a partir de fim de 2008 e, nessa altura, como opção que tomámos de conseguir mais garantias para procurar solucionar esse problema, que me lembre, não levantei essa questão junto do Banco de Portugal. Não levantámos, que me lembre! Até pode ter ocorrido, mas não me lembro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por cumprimentar o Eng.º Faria de Oliveira.

A primeira pergunta que tinha para lhe fazer era se a Caixa tinha conhecimento da importância política que a La Seda de Barcelona tinha no contexto político catalão.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Não lhe sei dizer. Estava em Espanha e, portanto, não lhe sei dizer o que é que a Caixa cá tinha de informação sobre essa matéria.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Se estivesse em Marrocos é que era natural não saber, estando em Espanha...

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sim, mas ninguém me perguntou nada!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não procurou saber?!

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Isto é uma inquirição ou uma pergunta?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — É uma inquirição! Temos de fazer perguntas!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, quem está a fazer a inquirição neste momento é o Deputado Duarte Alves. Peço que respeitem o tempo dele, como ele respeitou o vosso.

Terão ocasião de fazer novas perguntas. O Sr. Eng.º Faria de Oliveira tem de responder ao Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Perguntei se a Caixa tinha conhecimento da importância política da La Seda no contexto político catalão.

O senhor, há pouco, disse-nos que foi a Barcelona e que houve alguém da Generalitat que o sentou na mesma mesa de um responsável da La Seda, aliás, o presidente da La Seda. Volto a perguntar: a Caixa tinha conhecimento da importância política da La Seda no contexto político catalão?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, eu, pessoalmente, tomei consciência que tinha quando lá estive. Não a devo ter transmitido para a Caixa Geral de Depósitos cá, porque, nessa altura, não havia envolvimento da Caixa Geral de Depósitos ainda na La Seda.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas quando foi Presidente da Caixa?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Ah! Quando fui Presidente da Caixa sabia!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Quando cá veio pela primeira vez, na resposta à primeira vez que lhe foi colocada a questão sobre a La Seda, fez uma descrição bastante extensa sobre o processo. Aliás, na transcrição são cerca de quatro páginas as ocupadas com a sua explicação.

Em toda a audição foram feitas várias perguntas em relação a este projeto da La Seda e da Artlant e nunca foi referida por si a questão da ligação política que havia entre a La Seda e o contexto político da Catalunha. Porque é que não fez essa referência na sua primeira audição?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Porque não considerei relevante, Sr. Deputado.

A La Seda era uma empresa. O facto de ser uma empresa que o poder político da Catalunha considerava ser relevante era um problema interno da Catalunha, não era um problema meu.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Pois, mas para esta Comissão tem o seu interesse o que viemos a saber noutra audição acerca dessa ligação. Não é um problema seu, mas o que é facto é que os problemas que esta operação está a dar em termos de perdas são um problema de todos os portugueses.

Em relação à não saída da Caixa do capital da La Seda no momento em que já se registavam problemas, o Dr. Matos Gil, quando aqui esteve, associou diretamente essa opção de não saída a uma ligação política importante com a Catalunha. O que é um facto é que Matos Gil decidiu, a tempo de evitar maiores perdas para si, sair da La Seda e a Caixa continuou.

Portanto, o Dr. Matos Gil disse-nos que o senhor desvalorizou os problemas que foram comunicados. Foi assim?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Não, Sr. Deputado. Valorizei o mais possível.

Como tive oportunidade de dizer, a grande preocupação, naquele momento... Já expliquei aqui que o Sr. Dr. Jorge Tomé continuou a liderar o processo como tinha feito até então. Não houve nenhuma alteração em

relação aos que eram os objetos da Caixa Geral de Depósitos em relação à sua presença na La Seda e ao objetivo de ter a Artlant garantida.

Portanto, não houve alteração nenhuma e aquilo que o Sr. Matos Gil veio dizer aqui não corresponde ao que na realidade se passou. Já disse isso aqui! Não corresponde!

A minha, aliás, a nossa grande preocupação era evitar que fôssemos obrigados a fazer uma OPA. Isso é que não fazia nenhum sentido. Repito: isso é que não fazia nenhum sentido. Essa é que era a grande preocupação.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Primeira pedra: 13 de março de 2008. De manhã, lançamento, com pompa e circunstância, da primeira pedra do projeto. À tarde, almoço tardio em que, afinal, parece que surge um conjunto de problemas em relação à La Seda. Isto é uma situação que até parece um pouco caricata pelo contraste entre a manhã e a tarde desse dia.

Já disse aqui que estive nessa reunião. Confirma?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, confirmo que estive numa reunião. Não confirmo se foi nesse dia. Acho que é impossível estar em Sines no lançamento da primeira pedra que acabou às 13 horas e vir almoçar a Lisboa. É pouco provável...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Foi um almoço tardio. Foi assim que foi definido por Matos Gil.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Então, pode ser que seja verdade. Não me consigo lembrar.

Mas que estive numa reunião com os representantes de Matos Gil, estive. Portanto, nessa reunião, aquilo que procurei transmitir foi a nossa grande preocupação em prosseguir os objetivos que tinham levado a Caixa a

entrar neste projeto e que, de maneira nenhuma, pudéssemos vir a ser levados a ter de realizar uma OPA. Era isto que estava basicamente em causa.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas aquilo que nos foi dito por Matos Gil foi que o que estava em causa era, de certa forma, uma estratégia de confrontação ou não com a direção da La Seda porque, segundo ele, havia problemas que se estavam a registar e que foram transmitidos à Caixa, que os desvalorizou. Até se disse que, da sua parte, tinha sido dito que era melhor não levantar ondas.

Naturalmente, aqui temos de questionar até que ponto é que se teve em conta aí o interesse nacional ou o interesse próprio da Caixa ou se houve também alguma importância dada às ligações políticas com a Comunidade Autónoma da Catalunha, que sabemos que é uma das mais ricas de Espanha, e se houve alguma interferência de membros do Governo também nesse sentido. É por isso que o estamos a questionar. Foram-lhe transmitidas as preocupações? Houve ou não houve uma desvalorização face aos problemas identificados na La Seda?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, zero de importância! Repito: zero de importância!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Desvalorização total dessas preocupações?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Não! Não tive nenhum contacto com qualquer membro do Governo ou da Generalitat da Catalunha. Zero!

Não valorizei, em detrimento dos nossos interesses, qualquer outro tipo de interesse, pelo contrário. O nosso objetivo, desde o início, era o mesmo, só entrámos para assegurar o projeto para Portugal.

A tese do confronto resulta exclusivamente, e de alguma maneira, de divergências sobre a orientação da La Seda que são, como já disse, naturais, legítimas e creio que foram, pelo menos, parcialmente, acompanhadas pelo Dr. Jorge Tomé. Repito: creio que, pelo menos, parcialmente, foram acompanhadas pelo Dr. Jorge Tomé. Ou então era uma estratégia que passava mais por uma luta de poder.

Nessa matéria, a única razão que levou a termos determinado tipo de preocupações foi a que lhe enunciei: não se podia, nesse momento, criar uma situação que nos conduzisse a ser obrigados a fazer uma OPA. Esta é que era a grande preocupação.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Se andarmos dois anos para a frente, já na reestruturação do projeto, há uma informação que está nos dossiês de crédito que até é difícil de percebermos. Diz assim: «O projeto foi inicialmente estruturado no pressuposto de que a La Seda de Barcelona deteria 100% do capital social da Artenius Sines, contudo a La Seda de Barcelona definiu estrategicamente que a sua participação de capital no projeto de Sines deverá ter como montante máximo 85 milhões».

Portanto, a La Seda, a meio do jogo, alterou a sua posição, diz que, afinal, já não são 100%, indo só até aos 85 milhões e a Caixa aceita, mais uma vez, que se mudem as regras a meio do jogo, sem nunca entrar em confronto, seguramente por algum interesse em manter o projeto em Portugal.

A minha pergunta é se nunca sequer se equacionou a hipótese de confrontar, de alguma forma, aquilo que se estava a passar, do ponto de vista

da administração da La Seda. Isto porque parece que era completamente em confrontação à viabilidade do projeto em Portugal.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, a La Seda diminuiu a sua participação no capital da Artlant em virtude das suas dificuldades financeiras e económicas.

O que nós procurámos foi encontrar alternativa de substituição do capital. E isso conseguiu-se através, designadamente de dois grupos nacionais portugueses e, como estava previsto desde o início, da Inovcapital. Na realidade, a La Seda diminuiu a sua participação porque tinha acabado ou estava em realização de um processo de reestruturação financeira e o valor daquele investimento, para aquele momento, era considerado excessivo pela La Seda.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, a Caixa aceitou essa diminuição, manteve a sua participação na La Seda, não alterou, de forma alguma, a sua estratégia e nunca equacionou sequer que, se calhar, valeria a pena, em algum momento — não digo sempre, mas em algum momento —, entrar numa confrontação com uma administração que, claramente, já não queria ter a mesma importância no projeto em Portugal?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, a confrontação acabou por realizar-se. O Sr. Rafael Español saiu da presidência da La Seda, foi substituído pelo vice-presidente durante pouco tempo, depois por um outro administrador e, um ano depois, pelo Dr. Carlos Moreira da Silva, na presidência da La Seda.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então essa estratégia de confrontação não poderia ter sido feita mais cedo, para evitar os problemas que depois se vieram a verificar?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — A confrontação foi realizada pelo Sr. Matos Gil. Portanto, a confrontação existia, só que ela teve como consequência a junção dos acionistas espanhóis, a sua queixa à CMVM e o espectro de uma necessidade de realizar uma OPA. E por que é que havia o espectro dessa necessidade? As queixas estavam na CMVM. As posições do capital entre o Sr. Matos Gil e a Selenius variavam muito, podendo ter atingido mais de 20% e a da Caixa Geral de Depósitos, nessa altura, variou também entre 5,6% e 7% e qualquer coisa. Portanto, era, de facto, muito possível, bastaria que um acionista qualquer se juntasse a este grupo, que fosse obrigatória uma OPA e a OPA seria, de facto, para a Caixa Geral de Depósitos, algo impensável!

Está a ver o que seria a Caixa Geral de Depósitos ter de gastar centenas e centenas de milhões de euros numa OPA sobre a La Seda? Não faria nenhum sentido!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Nós questionámos Matos Gil e outros clientes que vieram a esta Comissão sobre se alguma vez foram confrontados com o parecer de risco, ou seja, se alguma vez, nas negociações para os financiamentos e as várias operações, lhes foi dito: «Olhe, temos um parecer de risco que aponta este conjunto de condicionantes» e procurar corresponder às condicionantes que estavam no parecer de risco.

Quando colocámos esta questão a Matos Gil e a outros clientes a resposta foi sempre a de que nunca tiveram contacto com aquele parecer, com a existência desse parecer, ou sequer com as condicionantes que lá estão. Nós questionámo-los, até, sobre essas condicionantes, uma por uma,

e não tinham tido qualquer contacto com isso. Ainda por cima, temos um parecer do Risco em relação a este projeto de Sines que diz, claramente, «o problema da grande dependência do projeto face à La Seda» e também o facto de «a La Seda registar um nível de endividamento financeiro muito alto», «desconhece-se a real situação de risco e de mercado do Grupo, não estando disponíveis relatórios de auditoria às contas semestrais». Isto está tudo nos pareceres da DGR (Direção-Geral do Risco).

Ou seja, a Caixa não teria condições para saber dos riscos associados ao Grupo La Seda antes de ter entrado neste projeto e, depois, ter decidido manter-se nele? Como é possível que todas estas condicionantes nunca tenham sido sequer referidas quando se estavam a negociar estas operações que depois deram estes prejuízos? Afinal, a DGR até já sabia muito daquilo que mais tarde veio a acontecer, ou, pelo menos, já alertava para esses perigos.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, os pareceres da DGR nunca são comunicados aos clientes, eles são conhecidos pela área comercial e a área comercial, nas negociações que faz com os clientes, introduz os pareceres ou recomendações que vêm da DGR. Nunca há, naturalmente, uma divulgação das posições do risco da instituição.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas em relação às condicionantes em si, foi-nos dito que nenhuma delas foi apresentada.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — A área comercial, em princípio, está municiada, depois da aprovação no Conselho de Crédito das condicionantes do risco, e introduz na negociação em geral as recomendações do Risco.

No caso concreto, este projeto da Artlant era, indiscutivelmente, um projeto de decisão difícil, porque tudo o que vive num contexto de profunda incerteza e, pior, de continuidade contrária às grandes previsões das instituições internacionais, que são responsáveis pela previsão da evolução na economia, etc., etc., e que admitiam que a crise se poderia confinar a um período curto de dois anos. A crise foi-se arrastando e sem dúvida que esses elementos de previsão influenciam também as decisões de gestão.

Num ciclo económico recessivo normal, em praticamente dois anos retoma-se um ciclo contrário. Mas este ciclo foi completamente anormal e foi não só anormal em duração e profundidade como pelo efeito de arrastamento que foi tendo em vários outros setores da atividade económica, incluindo, designadamente, o que veio a acontecer também com tudo o que tem a ver com a área do petróleo e a área petroquímica.

As previsões apontariam... Este projeto da Artlant deve ter sido, porventura, um dos projetos que mais requereu à Caixa estudo, emissão de pareceres, pedidos posteriores de confirmação de pareceres, quer do ponto de vista tecnológico e de mercado, quer do ponto de vista das projeções financeiras, quer do ponto de vista da relação contratual com o cliente principal, que era responsável pelo *off-take* de pelo menos 40% da produção, quer de contactos com outras entidades sobre a viabilidade de colocar parte da produção em outras entidades.

Este trabalho foi realizado pela Caixa BI, em grande profundidade e, portanto, nós, de facto, rodeámo-nos, nessa matéria, dos maiores cuidados.

Posteriormente, procurámos obter da parte de uma pessoa profundamente envolvida neste setor de atividade — que foi, exatamente, o grupo do Eng.º Moreira da Silva — para também com isso aplanar eventuais riscos. Portanto, tudo o que se fez foi rodeado de todas as cautelas.

Sem dúvida que o objetivo de trazer para Portugal esta fábrica não podia deixar de nos sensibilizar. Hoje fala-se muito — e, inclusivamente,

aqui foi falado — que isto custou muito dinheiro aos portugueses. Os benefícios deste projeto vão ser muito superiores àquilo que, intercaladamente, podem ter sido os prejuízos que a Caixa teve de suportar — a Caixa entre outros, porque os outros acionistas da Arlant também suportaram este tipo de prejuízos.

Mas não há dúvida que o nosso País vai beneficiar enormemente disto. O total dos prejuízos também tem muito que ver com a recuperação que foi feita do investimento. Seguramente, fez-se o melhor possível por vender o investimento pelo maior valor possível, mas, na realidade, uma vez mais, tudo isto tem a ver com momentos e, portanto, o prejuízo total dependia muito da capacidade de negociar melhor ou pior a venda de uma fábrica que vai produzir 700 000 toneladas e exportar 400 milhões por ano, com claro benefício para a economia nacional, além, claramente, dos postos de trabalho que estão envolvidos, etc.

Portanto, foi feito todo o possível e tivemos todos os cuidados para evitar que as coisas corressem mal. Elas correram mal porque a recessão... Isto é uma realidade, não podemos escamotear a realidade que vivemos e isto foi só há 10 anos — a memória, por vezes, é muito curta e é preciso que Kenneth Rogoff e outros grandes economistas o venham relembrar — e esquecemo-nos que vivemos a maior crise de há um século.

Essa foi a razão de ser de grande parte dos NPL (*non-performing loans*). Já da outra vez recomendei que leiam os relatórios da comissão especializada de apoio ao Conselho Europeu sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Para concluir a primeira ronda, é a vez do Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês Domingos.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Faria de Oliveira, agradeço-lhe ter vindo cá hoje para esclarecer as nossas dúvidas.

Gostaria de começar por falar um bocadinho sobre os créditos a José Berardo e à Metalgest.

Começo por perguntar-lhe, considerando a sua experiência nesta área, que sentido lhe fazia para que a CGD concedesse empréstimos para aquisição de outros bancos garantidos por ações desses bancos, normalmente a 100%, ao mesmo tempo que a Caixa estava, aparentemente, a tentar reduzir as suas participações e, digamos, a sua exposição ao BCP.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.^a Deputada, essa é matéria que tem que ver com o Conselho anterior, só o Conselho anterior pode responder cabalmente à sua pergunta. A única coisa que eu poderia acrescentar, porque, de facto, já tenho muitos anos de experiência, quer empresarial, quer, de alguma maneira, política, é que muitas vezes vivemos de modas, e houve um período da nossa economia em que se pretendeu fazer da Caixa Geral de Depósitos, de alguma maneira, um grupo financeiro empresarial e não exclusivamente um banco.

Isso, naturalmente, traduziu-se em opções — e, uma vez mais, quero insistir nisso —, legítimas, na altura, mas que eram opções bem diferentes daquilo para que se tendeu no mundo atual, que é compaginar a atividade dos bancos exatamente à sua missão fundamental de intermediação. Mas a verdade é que, em vários momentos, devido à necessidade de intervenção do Estado na economia portuguesa, designadamente nos de crise, foram sendo criados determinados instrumentos. Um deles era, por exemplo, o IPE, que, na realidade, tinha como missão fundamental apoiar o setor empresarial misto — público e privado — no sentido de, numa primeira fase reestruturar as empresas, numa segunda fase dinamizar o investimento, numa terceira fase internacionalizar as empresas, etc..

Em determinado momento, também por uma opção política legítima, foi decidido que o IPE deveria deixar de existir e, de alguma maneira, a Caixa Geral de Depósitos acabou por ter uma missão mista, em que, através de determinado tipo de instrumentos, designadamente a área de capital de risco, pudesse realizar parte dessa missão e ter, ao mesmo tempo, também como a Sr.^a Deputada sabe bem, um conjunto de participações significativo nas principais empresas portuguesas, com determinado tipo de objetivos.

Portanto, isto tem um bocadinho que ver com questões de moda. Questão diferente é saber se era normal ou não que as garantias para um determinado tipo de operações se concentrassem num único tipo de garantias, sempre sujeitas a volatilidade.

A única coisa que posso dizer é que, hoje em dia, não há nenhuma espécie de dúvida de que é um erro enorme, mas também posso dizer que, tanto quanto conheço, foi uma prática seguida em praticamente toda a Europa. E, já agora, para completar, pergunta-se: porquê? Porque vivemos um período de décadas de crescimento económico e um período extremamente longo de estabilidade do mercado de capitais. Portanto, as flutuações do mercado de capitais eram principalmente atribuídas a problemas de empresas e não aos da economia. Em determinado momento, isso deixou de acontecer e afetou profundamente o mercado de capitais. Mas, não há dúvida, uma das lições mais relevantes desta crise tem a ver com esta questão.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Ainda bem que fala sobre isso porque, então, a pergunta que tenho é a seguinte: entre junho e agosto de 2007 — para voltar ao caso concreto desta operação de empréstimo ao Sr. José Berardo—, o Banco de Portugal esteve a analisar esta operação para ver se havia condições para ela se realizar. E, de facto, não se pode dizer que em agosto de 2007 não se soubesse já da crise, porque já começava a haver sinais

no mercado interbancário de que a situação não estava a correr bem. Lembrome bem — aliás, nessa altura, houve uma atuação do BCE... Tenho a certeza de que pessoas experientes do setor financeiro e, em particular, do Banco de Portugal, tendo havido uma atuação por parte do BCE para estabilizar o mercado interbancário, estariam conscientes de que havia um risco financeiro.

A pergunta que, acho, se deve pôr é a de saber se considera que o Banco de Portugal podia ou devia ter dado um OK a esta operação e se, do ponto de vista prudencial, fazia algum sentido ter feito isso.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.ª Deputada, é uma pergunta difícil de responder. Acho que tem duas vertentes na mesma pergunta.

A primeira, que é da exclusiva competência do Banco de Portugal, tem a ver com a classificação de idoneidade do acionista que pretende tomar uma posição mais qualificada no capital de um banco. Isso é da exclusiva responsabilidade da autoridade.

Quanto à segunda questão, a de saber se deveria ou não ter alertado os outros bancos para um excesso de concentração de garantias nas ações de uma instituição bancária, creio que, se houvesse indicações muito claras de que isso estava a acontecer e de que o mercado podia vir a sofrer oscilações, pelo menos, alertar, podia ter acontecido, podia ir mais longe do que alertar. Em caso de iminência de uma situação se tornar realidade, creio que podia ir mais longe do que uma recomendação, mas isso são presunções. Acho que tem de ser colocado aos diretamente envolvidos e não a mim que apenas estou a falar um bocadinho na base do bom senso.

A Sr.ª **Inês Domingos** (PSD): — Mas está a falar com base no bom senso que faltou claramente algures neste processo, não é? Parece que, em

parte, o motivo pelo qual estamos hoje todos aqui é porque houve uma gigantesca falta de bom senso, em particular, do supervisor, nessa altura.

O Sr. Engenheiro falou das dificuldades que sentiu e, estou a citar, a certa altura, da derrocada total do sistema financeiro por causa crise.

Impõe-se a seguinte questão: acha que foi só a crise ou a incapacidade de o Banco de Portugal atuar, face à subida do risco sistémico?

Vamos ver: o Banco de Portugal, em 2011, já tinha feito um relatório de inspeção ao crédito garantido por títulos.

Já agora, conhece as conclusões desse relatório?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — É o SIP (Special Inspections Programme)? Conheço o SIP.

A Sr.ª **Inês Domingos** (PSD): — É o relatório de inspeção. É uma inspeção ao crédito garantido por títulos, de 2011.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Conheço. Não o tenho, mas falei com o Dr. Norberto Rosa, que o conhecia. Tenho, pelo menos, umas...

A Sr.ª **Inês Domingos** (PSD): — Então, e a sua conversa com o Dr. Norberto Rosa resultou em quê?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Esse relatório chamou a atenção para a necessidade de reajustar algumas das imparidades relacionadas com títulos. A Caixa Geral de Depósitos cumpriu as orientações do Banco de Portugal, embora tenha enviado uma carta ao Banco de Portugal, não de contestação mas de explicação, caso a caso, daquilo que tinham sido as afirmações do Banco de Portugal.

Aquilo que se verificou na altura, basicamente, tem a ver com o valor da cotação das ações para registo de imparidades que a Caixa Geral de Depósitos tinha seguido até então — e que até àquele momento o Banco de Portugal, que tinha uma equipa permanente na Caixa desde finais de 2009, nunca tinha levantado essa questão —, que era, em virtude de estarmos a viver uma situação de anormalidade total do mercado de capitais, atribuir um valor à cotação das ações, um valor médio entre a cotação de fecho, a cotação média dos últimos três meses e o *price-target* das instituições especializadas. Isso tinha sido feito em perfeita sintonia com o auditor externo, que era basicamente o responsável pela confirmação de que as imparidades estavam bem registadas, e foram registadas até junho de 2011, de acordo com este critério. A partir daqui foi feita a correção e isso foi passado a ser calculado com base na última cotação.

Gostaria também de dizer, não vá haver a ideia de que havia imparidades insuficientes, que o total de imparidades que constava do balanço da Caixa — e está na mesma inspeção dessa altura — era superior às imparidades calculadas pelo Banco de Portugal.

Portanto, a Caixa, em termos de imparidades, estava com uma folga pequena, mas estava com uma folga em relação...

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — E o relatório não falava também da falta de qualidade na concessão de crédito?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Isso não me lembro.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Este relatório é de 2011. A Caixa fez algum relatório para avaliar precisamente, nestes termos ou em termos semelhantes, a exposição que tinha, em particular, ao BCP mas, de forma geral, a títulos, antes o relatório do Banco de Portugal?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Foi uma das preocupações que a conjuntura em que vivemos mais nos envolveu.

Quando entrámos em funções, imediatamente, ao analisar a documentação existente, constatámos que a exposição que existia em relação a créditos concedidos com garantia de ações era extraordinariamente elevado. Se a memória não me falha — eu tenho isso aqui algures —,...

A Sr.ª **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — 4500 milhões!

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — ... era qualquer coisa como 4600 milhões — sim, exatamente —, distribuídos por várias entidades, uns da responsabilidade, porque é natural que assim seja, da Direção de Grandes Empresas, outros derivados de operações da Caixa - Banco de Investimento, em particular destas duas.

Desses 4600 milhões, se bem me recordo, logo no início, detetámos que problemáticos deveriam ser da ordem dos 900 milhões, se a memória não me falha. E foi identificado o conjunto das instituições que deveriam ser particularmente acompanhadas.

Fizemos isto também não só com o apoio da Direção de Gestão de Risco, que acompanhava estes processos, mas também com o apoio do auditor da Deloitte. E não só semanalmente, em Conselho de Administração, analisávamos qual tinha sido o comportamento das ações dadas em garantia, analisávamos o cumprimento ou não cumprimento dos rácios de cobertura que existiam em relação a cada caso, definíamos o que é que deveria ser feito através dos departamentos responsáveis junto dos clientes para tentar minorar as dificuldades e, depois, seguimos exatamente aquilo que eu disse há pouco, que foi procurar, dentro das soluções possíveis para um caso que era delicado o que é que teria de ser executado. E sem dúvida que a nossa

primeira prioridade em relação a quase todos os casos foi sempre concentrar-nos no reforço de garantias. Porquê? Uma vez mais, tudo isto tem a ver com o facto de vivermos numa situação anormal. Quebras na Bolsa da ordem dos 50% num instante não são normais — generalizadas, não é de uma empresa, cobrindo praticamente todas as empresas cotadas. Não era uma situação normal. E entre a necessidade de analisar as expectativas que pudessem vir a melhorar e colmatar as deficiências através do reforço de garantias ou de uma reestruturação do crédito é, do meu ponto de vista, uma solução de bom senso.

Restava sempre a hipótese de execução. Em relação a esta matéria, foi executada o que se passou com a Selenis, por manifesta incapacidade — e não só incapacidade —, por promessas não cumpridas, de conseguir outro tipo de solução, designadamente reforço de garantias.

Portanto, isto foi aquilo que foi seguido.

Penso que tiveram acesso às atas do Conselho de Administração. Poucas terão sido as reuniões em que não tenha havido o ponto específico de acompanhamento da evolução destas situações. O acompanhamento significa, naturalmente, procurar dar orientações no sentido de minorar uma dificuldade grande existente.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — E o reforço dessas garantias era feito normalmente por ações, reforçar ainda com os ditos «títulos»?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.^a Deputada, a grande questão é esta: quando se pede um reforço de garantias, é preciso ver que garantias é que estão disponíveis para serem obtidas, e isso nem sempre é fácil.

Pode crer que desde o primeiro momento a primeira prioridade era a das garantias diferentes de ações.

Em relação ao caso do Sr. Berardo, só conseguimos nessa matéria, primeiro, negociar a venda de um determinado tipo de ativos e receber o dinheiro em contrapartida — não foi muito, mas sempre foram 25 milhões — e receber um ou outro título que não era BCP e, depois, a garantia da coleção de arte, que sempre foi considerada uma garantia de valor. O que se passou seguidamente é outra história, é uma história que fere os princípios da boa-fé e que já não tem a ver comigo.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Antes de voltar a essa questão, gostava de lhe perguntar se deu conhecimento desse relatório inicial ao Banco de Portugal.

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Do relatório inicial?

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sobre a exposição aos títulos, enfim, a forma de garantias, etc.

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Ao Banco de Portugal não era comigo — eu só tinha relação direta com o Governador —, era o administrador que tinha essa área, o Dr. Norberto Rosa. Pode ser que ele tenha dado, não lhe posso garantir. Ao Ministro das Finanças, sim.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — E teve alguma resposta, nessa altura, sobre essa situação?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Creio que falámos. Uma vez mais, suponho que o Sr. Ministro vem cá e ele melhor do que eu poderá dizer. Eu não me lembro rigorosamente do que ele me disse, na altura. Eu enviei-lhe uma carta, chamando a atenção para a exposição elevada que

tínhamos com garantias de ações e que isso nos estava a afetar muito em termos de resultados e de dificuldades. Mas isso era um facto concreto naquele momento.

Sinceramente, acho que não se pode desvalorizar de todo o que se passava com o BCP. O BCP estava em queda vertiginosa no valor da cotação das suas ações, depois de ter passado por um período de instabilidade e qualquer agravar desta situação podia, de facto, vir a conduzir a um problema sistémico de grande envergadura.

Acho que temos... Na minha opinião, e sinceramente não me arrependo nada disso, eu devia ter isso em consideração.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Recorda-se em que data é que referiu esta questão e que enviou este relatório ou se dispôs a entregar o relatório ao Sr. Ministro das Finanças?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Não era relatório, era uma carta. E foi algures no final...

Pausa.

Foi a 3 de fevereiro de 2009.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — O Sr. Engenheiro referiu que poderia vir a surgir um risco sistémico, por causa desta situação das ações, em particular do BCP. Mas, de facto, a existência de risco sistémico ocorre antes. Depois pode haver é a concretização desse risco, com uma queda vertiginosa, como referiu. Mas a criação do risco sistémico acontece antes, quando a Caixa empresta dinheiro a pessoas e instituições para comprarem ações do

BCP, prolongando até essa tal crise que o BCP estava a viver e que, depois, se concretizou numa queda dessas ações.

Portanto, o risco sistémico existia antes desta situação, começou a existir a partir do momento em que houve uma relação pouco saudável entre o que é o banco público e um banco privado, inclusivamente com a passagem de administradores de um lado para o outro. Isso eu acho que, independentemente do que possa ter sido alguma moda ou tradição na forma de conceder crédito, deve ser possivelmente uma situação inédita, se não na Europa, em Portugal — acho que, de facto, não se conhece.

Para terminar, gostava de voltar a esta situação e perguntar: o Sr. Engenheiro referiu que, quando estava a tentar tratar desta situação recorreu a dois escritórios de advogados para apoiar na preparação de um acordo. Quais eram os escritórios, além da Vieira de Almeida, que já referiu?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Não, o resto eram os departamentos jurídicos dos bancos.

A Sr.ª **Inês Domingos** (PSD): — Pode explicar-nos — uma vez que já pedimos, já fizemos este requerimento, mas ainda não temos informação — se havia uma avaliação feita da capacidade de recuperação da garantia, portanto, se havia uma garantia cujos títulos eram executáveis?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Procurei ir ver o acordo-quadro celebrado com os bancos e o acordo celebrado com o Sr. Berardo.

A indicação que tenho — mas não consegui ver —, é de que há um anexo que indexa os títulos às obras de arte, e isso constitui uma garantia total.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Então resta-me pedir-lhe, por favor, que nos deixe uma cópia dessa carta que enviou ao Sr. Ministro das Finanças, caso a tenha consigo, ou, eventualmente, que a envie para a Comissão.

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Eu envio-a para a Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então continuar, agora com a segunda ronda.

É agora a vez o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tendo a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Eng.^o Faria de Oliveira, de facto, este processo La Seda tem alguns ângulos mortos, nomeadamente o envolvimento da Caixa na aquisição de ações da empresa La Seda ou o financiamento feito a um dos acionistas para aquisição de alguns projetos industriais.

Um dos outros ângulos mortos — não querendo dizer que está a mentir ou a omitir algum dado, quer o Eng.^o Faria de Oliveira, quer o Dr. Carlos Santos Ferreira — é o envolvimento da Caixa numa empresa espanhola, catalã, que não obedeceu previamente a uma conversa entre o presidente do banco e o responsável pelo banco em Espanha. É, no mínimo, estranho que o único contacto que tenha havido tenha sido muito ao de leve, uma mera informação dada pelo Dr. Carlos Santos Ferreira ou o Eng.^o Faria de Oliveira, de que a Caixa se iria envolver no capital da La Seda e nos projetos da La Seda.

Queria perguntar-lhe quem é que organizou esse almoço retardado, essa reunião, após o lançamento da primeira pedra, no dia 31 de março de

2008. A iniciativa foi sua? Foi uma iniciativa do Sr. Matos Gil? De quem foi a iniciativa?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Acho que foi um pedido — acho que isto deve ter sido feito via Dr. Jorge Tomé — realizado pelo Imatosgil para conversarmos sobre a situação da La Seda. Penso eu, não é...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Parece-me que vai, então, ao encontro daquilo que disse aqui o Sr. Matos Gil, que provocou uma reunião para deixar os avisos vermelhos, todos os alertas ao Presidente Executivo da Caixa Geral de Depósitos sobre a real situação da La Seda.

Outro ângulo morto deste processo é por que razão a Caixa não inverteu a sua estratégia na La Seda; porque é que em vez de acelerar não desacelerou, não inverteu, não tentou executar e sair do projeto da La Seda, quando se começava a saber — e já era público, até — que os atos de gestão da La Seda deixavam muitas dúvidas?

Perante esses avisos e perante esses alertas, por que razão é que acelerou o envolvimento da Caixa? Aliás, por que razão é que atribuiu um financiamento intercalar de 87 milhões de euros à La Seda?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar — e isto que fique claro —, sem pôr em causa a responsabilidade, minha e da Caixa, nessa matéria: porque esse era o objetivo do seu Governo.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas tem de traduzir isso. Não basta dizer isso. O Sr. Engenheiro Faria de Oliveira esteve aqui, na primeira Comissão...

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — O Governo de então...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Deixe-me fazer a pergunta.

O Sr. Eng.º Faria de Oliveira esteve aqui, na primeira comissão de inquérito e não disse o que disse agora. Esteve aqui, nesta Comissão de Inquérito, e não disse o que disse agora. Esteve a responder a várias perguntas, não disse o que disse agora. Fiz-lhe uma pergunta, já feita por alguns Deputados, a que o senhor não respondeu dessa forma. Agora responde dessa forma e no tom em que responde! Quero que concretize, não basta dizer isso.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Ó Sr. Deputado, a razão é muito simples, é público.

O interesse de realizar o projeto Artenius/ Artlant em Portugal foi um interesse público, várias vezes declarado pelo seu Governo — pelo seu e pelo nosso Governo —, com manifestações...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O senhor foi nomeado pelo mesmo Governo, não foi?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Exatamente, com certeza.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Convém esclarecer isso.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Claro que sim.

E constituía um projeto de interesse nacional. Portanto, aqui vamo-nos embrenhar — não queria tomar-vos muito tempo, mas, por vezes, é mesmo necessário...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Nós convidámo-lo exatamente para o ouvir. Portanto, esteja à vontade na questão da gestão do tempo. Desde que responda às questões e os Deputados se sintam satisfeitos com as respostas...

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — É que, por vezes, fico com a sensação de que não se procura a verdadeira distinção, que existe, entre um banco público e um banco privado.

Um banco público, por definição, deve estar sujeito às orientações que, em cada momento, o seu acionista lhe transmite, de tal maneira que o próprio estatuto do gestor público obriga os conselhos de administração a seguirem essas orientações. Isto já disse da outra vez.

Mas o que é que distingue principalmente um banco público de um banco privado? O que diferencia, basicamente, é que, em qualquer circunstância, um banco público é um instrumento do Estado. O banco público, independentemente do apetite de risco definido pelo Conselho de Administração e da responsabilidade do Conselho de Administração, não pode ignorar um alinhamento nesta matéria com o acionista, sem prejuízo de ter de ser seguida uma gestão sã e prudente nesta matéria.

O Estado deve definir até que ponto, em cada momento, está disposto a ir e a realizar aumentos de capital para que essa política de apetite ao risco seja seguida, em momentos em que é necessário estimular a economia, em momentos em que é necessário realizar certos projetos de particular interesse; isso é matéria de natureza política, que compete ao Estado, em cada instante e em cada momento, definir. Isto, de alguma maneira, traz uma diferença, uma distinção, entre o que é um banco público e o que é um banco privado.

O banco privado olha exclusivamente à eficiência da sua atuação e à rentabilidade que consegue obter. Um banco público, que, em termos de uma gestão normal e corrente, visa os mesmos objetivos e, em qualquer circunstância, é tratado, em termos de supervisão, da mesma maneira, não pode deixar de ter um alinhamento com o seu acionista.

Quando um projeto de interesse nacional é definido, não é normal que um banco público não olhe para ele. E só se tiver fortes e fundamentadas razões para não apoiar determinado tipo de projeto de interesse nacional — e a dimensão desse apoio e a forma dele é que podem variar —, é muito anormal que, sendo definido pelo Estado um projeto de interesse nacional, um banco público não olhe para ele com particular atenção e defina...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Eng.º Faria de Oliveira, quando me respondeu, há pouco, dizendo que foi «o meu Governo», ele também é o seu,...

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — É o meu, sem dúvida.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... foi nomeado pelo mesmo Governo e aceitou. Portanto, comungava dos mesmos objetivos, do mesmo espírito.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Absolutamente, sem dúvida nenhuma.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Refere-se ao projeto PIN, ao Projeto de Interesse Nacional?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Exclusivamente.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Exclusivamente. E deixa isso bem claro ou quer acrescentar alguma coisa?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Não. Vamos lá ver, a entrada na La Seda, de alguma maneira, foi instrumental.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sim, mas isso foi anterior às suas responsabilidades.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sim, sim.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Na resposta que me deu, pode ter criado a sensação, ilegítima, de que houve um envolvimento político ao mais alto nível para que, quando o senhor prosseguiu e aumentou o envolvimento da Caixa no La Seda, tenha sido por comando político de instâncias superiores.

Mas, pela explicação que acabou de dar e pela resposta que me deu, resume-se tudo ao projeto de interesse nacional, é isso?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Duas menções.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Deixe isso bem claro, por favor.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Não consigo entender o que é que quer visar, mas, em primeiro lugar, não estou em mínimo desacordo com o facto de se ter definido esse projeto como de interesse nacional, pelo contrário. Isto que fique também bem claro: pessoalmente, acho que o projeto de Sines fazia todo o sentido.

Em segundo lugar, em relação à parte final da sua pergunta, se bem a entendi, estou a falar no caso Artlant.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Está esclarecido.

É que se a resposta não fosse essa, teria outra pergunta óbvia, que seria: por que é que nunca reportou a sua discordância em relação ao acionista e ao Governo, que representa o acionista.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Não, claro que não.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Queria colocar-lhe outras questões, relacionadas ainda com a La Seda. Quando soube da entrada do BCP no capital de La Seda?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — O BCP não entrou no capital de La Seda. O BCP entrou num sindicato bancário.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Quando soube da entrada do BCP nesse sindicato bancário?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Há dois ou três dias.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não sabia?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Não.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não sabia. Muito bem. É que foi depois, segundo sabemos, no tempo em que o Dr. Carlos Santos Ferreira presidia o BCP.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registrar as palavras do orador.*

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — É um dado importante, a resposta que deu.

Recorda-se da reunião de Conselho Alargado de Crédito — ou tem informação sobre ela — que aprovou o *project finance* da Artlant?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Da reunião do Conselho que aprovou o projeto de crédito da...?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Que discutiu o *project finance* da Artlant.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Houve vários. Vamos lá ver: o projeto da Artlant é um projeto de banca de investimento que foi discutido, desde 2006, no âmbito dos conselhos de investimento.

Os conselhos de investimento tinham um peso muito grande na decisão sobre este tipo de projetos, com particular incidência, se envolviam posições no capital por parte do grupo CGD. Este projetos foram, fundamentalmente, desenvolvidos e trabalhados no âmbito do Caixa BI e, depois, da Caixa Capital.

Quando se tratou de realizar operações, em primeiro lugar, de financiamento intercalar, ou de *bridge finance*, para o arranque da construção da unidade, esse projeto foi apresentado pelo Caixa BI e discutido em Conselho Alargado de Crédito. Portanto, não houve uma única reunião do Conselho Alargado de Crédito, no que diz respeito à concessão de financiamentos para o projeto. O *bridge*...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O *bridge loan*?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sim. O projeto final, sim, se não estou em erro, esse foi discutido, em 2010, num Conselho Alargado de Crédito, com parecer condicionado do Risco. Mas, tanto quanto me recordo — não tenho 100% de certeza e não tenho a documentação — condicionado com muitas... Acabou por ser aprovado na base de quase tudo o que eu disse anteriormente.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Recorda-se de quem foram os responsáveis do Caixa BI que desenharam o *project finance* da Artlant?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Se eu tiver isso aqui... Foram vários. O estudo preliminar...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Presumo que os principais responsáveis tenham participado nas reuniões do Conselho Alargado de Crédito.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Isso, sim. Claro!

O Conselho Alargado de Crédito... Tenho aqui as atas todas, posso dizer-lhe...

Pausa.

Não trouxe a página final com as assinaturas, peço imensa desculpa. Posso mandar dizer quem foram os técnicos que a fizeram e, depois, os responsáveis que estiveram nas reuniões de Caixa Capital...

Os primeiros são anteriores ao meu mandato: Santos Ferreira, Maldonado Gonelha, Humberto Jorge Tomé, Alcides Aguiar, Vasco d'Orey e José Manuel de Carrilho. Na segunda foi a mesma coisa, com os mesmos proponentes. No meu tempo, era eu, o Dr. Francisco Bandeira, o Dr. Jorge Tomé, o Dr. Alcides Aguiar, o Dr. Alfredo Antas Teles, o Dr. José Manuel Carreiras Carrilho, o Dr. José Ataíde Remédios Furtado; e, na seguinte, éramos estes mais o Dr. Vasco Orey.

O Sr. João Paulo Correia (PS): — E do Caixa BI?

O Sr. Eng.º Fernando Faria de Oliveira: — O Caixa BI teve sempre... Ah, no segundo... nessa altura era já a Caixa Capital. Quem lá estava da Caixa Capital era o Presidente, Dr. Alcides Aguiar, o Dr. Antas Teles, o Dr. José Manuel Carrilho e o Dr. José Furtado. Eram os quatro.

O Sr. João Paulo Correia (PS): — Nessa altura, a La Seda estava em reestruturação...

O Sr. Eng.º Fernando Faria de Oliveira: — Sim.

O Sr. Eng.º Fernando Faria de Oliveira: — ... e a diminuir drasticamente o seu envolvimento no projeto Artlant, ao mesmo tempo que a Caixa Geral de Depósitos perspetivava aumentar o seu envolvimento nesse mesmo projeto. Falava-se que, na altura, em 2010, o envolvimento da Caixa no projeto Artlant rondava, direta e indiretamente, os 370 milhões de euros.

Nessa altura, em que já se conheciam muitos dos problemas da La Seda, o Banco de Portugal não questionou a Caixa Geral de Depósitos sobre o aumento do seu envolvimento no projeto La Seda/Artlant? Ou a própria

Caixa não sentiu necessidade de partilhar este projeto com o Banco de Portugal?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Não... Sr. Deputado, não me lembro que do Banco de Portugal tivesse havido alguma intervenção nessa matéria e também não me lembro de termos apresentado formalmente ao Banco de Portugal qualquer questão relacionada com este assunto. Eram aprovações de créditos que não requerem posição do Banco de Portugal e, que me lembre, o Banco de Portugal não nos chamou à atenção para isto.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Em que ano foi atribuído o financiamento intercalar ao projeto Artlant, ou seja, o chamado *bridge loan*?

Pausa.

Terá sido no primeiro semestre de 2008?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Vou ver. Devo ter nas minhas notas.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E, já agora, confirma que o valor é de quase 90 milhões de euros?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sim, isso confirmo. A minha grande dúvida é se foi... O *bridge loan* foi a 29/01/2008.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Foi a 29/01/2008.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sim, um *bridge loan* de 30 milhões de euros, com parecer condicionado e garantia da La Seda. Depois, em 28/01... Não, é isto.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Foi a 28/01 ou 29/01, certo?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Exatamente.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Na altura, questionou esse financiamento intercalar ao projeto Artlant?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Eu não questionei, porque achei que fazia parte do andamento de todo este processo.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O *project finance* foi aprovado em Conselho Alargado de Crédito, em 2010.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Exatamente.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Portanto — para terminar, Sr. Presidente —, há aqui uma distância temporal enorme entre o primeiro financiamento, o financiamento intercalar,...

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Certo.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... em janeiro de 2008 e, depois, o *project finance* em 2010.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Certo.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não houve aqui uma precipitação, não só em janeiro de 2008, na altura do financiamento intercalar de quase 90 milhões de euros, e também depois, no *project finance* aprovado em Conselho Alargado de Crédito, depois de tudo o que se soube acerca da gestão da La Seda e de todos os episódios de saída de acionistas e conflitos no Conselho de Administração?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Especulando, o primeiro financiamento teve seguramente a ver com o facto de que, dentro de dias, iria ser feito o lançamento da primeira pedra e havia necessidade de demonstrar o arranque de um projeto que estava aprovado. Esta é, seguramente, uma explicação especulativa.

A explicação concreta é a do arranque do desenvolvimento do projeto, que traz sempre custos de várias naturezas, terraplanagens e coisas do género, e, portanto, havia necessidade de fazer a concessão desse empréstimo para arrancar com as obras. Devo dizer que, nessa altura, havia um semicompromisso de conseguirmos sindicar toda a operação, o que depois, como já disse, não foi possível fazer devido à situação de liquidez que entretanto foi criada.

Depois, mediou todo um tempo que é consequência imediata da chamada «crise» que a La Seda começou a sofrer, a partir do terceiro trimestre de 2008, com as consequências que teve de uma quebra enorme de receitas e o começo de incumprimentos dos créditos que já tinham necessidade de um novo financiamento. Aí, vieram os primeiros indícios de que dos 100% de capital queriam passar para 60% de capital, mas nunca foi posto em causa o desenvolvimento do projeto da Artlant. Finalmente, até 2010, houve necessidade de esperar — chamemos-lhe assim — pela confirmação por parte da equipa do Dr. Carlos Moreira da Silva da

concretização do *scheme of arrangement*, isto é, da reestruturação da dívida, de que a La Seda tinha condições para prosseguir o projeto como principal acionista e, ao mesmo tempo, que conseguíamos obter acionistas que o substituíssem na parte em que houve desistência.

O Sr. **Presidente**: — Pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, queria apenas retomar um ponto que já foi aflorado e que me parece ser daqueles em que, porventura, há menos clareza. Tem a ver com os contactos com o Banco de Portugal e com o Governo, num momento em que há a perceção de haver um problema sistémico, e, por isso, repito a pergunta feita há pouco: ao longo de 2007 e de 2008, que contactos teve com o Banco de Portugal, especificamente, sobre os créditos da Caixa e, em particular, sobre os créditos ligados ao BCP?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.^a Deputada, já disse que não tive reuniões específicas com o Banco de Portugal relacionadas com esse tema. Não tive. Não fui chamado e também não o coloquei.

É possível — mas não posso passar disso — que, nas reuniões que tive com o Governador Vítor Constâncio possa ter aflorado as desvalorizações das ações, as preocupações que isso acarretava. É possível, mas não o posso garantir.

Quanto a reuniões com o Governo, já disse em outras ocasiões que, devido ao período que vivíamos, eu tinha reuniões frequentíssimas com a Secretária de Estado do Tesouro e algumas com o Sr. Ministro das Finanças. Naturalmente, analisávamos a situação global, nomeadamente aquela que tinha a vir com envolvimento da Caixa Geral de Depósitos e,

designadamente, no final de 2008, ao fazer um breve resumo do que tinha sido a atividade do Conselho durante aquele ano — entendi que deveria apresentar ao Sr. Ministro das Finanças uma visão minha do que tinha sido aquele ano —, chamei à atenção para o envolvimento em financiamentos por garantias de ações, que a situação do mercado estava, naturalmente, a lesar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Antes de falar no Governo, quero, primeiro, terminar a parte do Banco de Portugal. Portanto, em 2007, 2008 ou 2009, mesmo quando sentiu necessidade de discutir a situação com o Ministro das Finanças, nunca teve uma conversa com o Banco de Portugal sobre o problema sistémico associado às garantias do BCP?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.^a Deputada, não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isso não deixa de ser um bocadinho estranho.

O Banco de Portugal tomou alguma iniciativa de preocupação face à forma como a Caixa iria lidar com essas garantias? Obviamente que o Banco de Portugal sabia que se fossem executadas de uma vez, o preço iria baixar, pelo que pergunto: o Banco de Portugal tomou alguma iniciativa no sentido de contactar a Caixa sobre o acompanhamento dessas garantias?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Comigo, não. Não sei se com algum dos meus colegas isso foi feito, mas comigo não foi.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando discutiu esta matéria com o Governo, foi delineada alguma estratégia para lidar com o problema?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Correndo o risco de estar a falar de memória e de não ser exato, o que é sempre algo que me preocupa muito, penso que, quando falava nestes casos e dizia qual era a nossa estratégia — reforço de garantias, etc. e registo de imparidades, que também eram inevitáveis —, tinha mais ou menos a concordância de seguir essa linha, mas não o posso assegurar.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Uma coisa é ter a concordância para uma estratégia que a Caixa tem, outra coisa, e é o que lhe pergunto especificamente, é se houve... Repare: não estou a fazer nenhuma avaliação. 2008 foi um ano difícil. Só quero perceber o que se passou.

Pergunto-lhe se houve um acordo estratégico para a Caixa não executar José Berardo, para não ter de ficar e vender as ações. Isso foi uma decisão consciente?

José Berardo, quando aqui esteve, repetiu várias vezes que fez um favor à Caixa, que estava a fazer um favor à Caixa. Por isso, torno a perguntar: em 2008 e 2009, quando a Caixa poderia ter executado e não executou, isso foi uma estratégia delineada e consciente para não levar as ações de uma vez ao mercado?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.ª Deputada, a estratégia de obtenção de reforço de ações foi a estratégia por que optámos, indiscutivelmente. Assumo inteira responsabilidade nisso.

Considerámos que, em primeiro lugar, os resultados de uma opção dessa natureza para a Caixa, comparados com os resultados que obtínhamos através do reforço de garantias também na expectativa de que o mercado recuperasse, mas face, principalmente depois, àquilo que se conseguiu... Por exemplo, quando chegou o final de 2008 e conseguimos acordar o reforço das garantias com a coleção Berardo, foi quase um suspiro de alívio, porque

considerámos que estávamos praticamente todos cobertos. Só que a situação continuou a piorar em vez de melhorar.

Portanto, nessa matéria, se há a questão de assumir a responsabilidade, a responsabilidade é minha, naturalmente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas, mesmo em 2008, quando foi preciso reforçar garantias, Berardo tinha património, tinha outro património. Imagino até que tivesse alguma liquidez ainda, nessa altura.

Porque é que se optou por reforçar garantias com um ativo que tinha uma liquidez muito mais reduzida, que muito mais dificilmente seria convertido, que a ser executado implicava uma negociação com o Estado que tinha uma coleção em exposição e que dificilmente seria vendido sem criar um problema político para o País. A Caixa sabia disto tudo, porque os administradores, muitos deles, tinham um passado de proximidade política.

Porque é que se aceita a coleção em vez de outro património e de outros bens que seriam facilmente realizados, sem estes problemas todos?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.^a Deputada, essa foi sempre uma questão que coloquei. Eu e os meus colegas sempre obtivemos uma resposta negativa de que não havia já outro tipo de património para ser concedido como garantia.

Por mais insistências que tivessem sido feitas para ter garantias diferentes das ações do BCP, havia sempre uma resposta negativa nessa matéria. Mais tarde, veio a saber-se que muitas das coisas nem sequer estavam...

Bom, entretanto, a coleção das obras de arte, que também foi algo bastante discutido— e sei que o Dr. Jorge Tomé explicou aqui —, em momento de crise, tem tendência a surgir como alternativa e como suscetível de grande valorização. Depende, naturalmente, das evoluções do mercado,

mas geralmente é considerado um contraponto a uma crise financeira, monetária significativa.

Portanto, até sob esse ponto de vista, surgiu com agrado para o conjunto dos bancos que pudesse haver esta alternativa. Por outro lado, também sabíamos que havia um acordo celebrado com o Estado e que havia uma opção de compra por parte do Estado que, de alguma maneira, era confortável para nós, porque a avaliação feita pelo Estado correspondia, mais ou menos, à noção que tínhamos da valia mínima daquela coleção para um dos três pacotes que estavam incluídos na coleção.

Portanto, considerámos, eu incluído, que era uma opção válida esta de procurar encontrar este tipo de garantia diferente para, ao fim e ao cabo, a recuperação do rácio de cobertura da operação Berardo.

Sr.^a Deputada, não há dúvida de que isto foi uma dor de cabeça gigantesca, com possibilidades de solução extraordinariamente incertas em termos de resultados. Não foi por não querer executar o Sr. Berardo que não o executámos, foi por não querer basicamente afetar com isso outra instituição relevantíssima para o nosso País. O conjunto dos 220 000 acionistas do BCP seriam afetados e a própria Caixa também, que era acionista — na altura, tinha 2,3% das ações do BCP. E o risco a que isso podia corresponder, em termos de eventuais consequências sistémicas sérias.

Posso estar enganado, julgo que a nossa decisão foi um mal menor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O mais irónico disso tudo é que esse risco de uma elevada concentração da exposição numa única instituição é precisamente o que aparece nos pareceres de risco do crédito do Sr. Berardo e que foram ignorados por quem tomou essa decisão. Esse risco estava lá.

«Não concentrar os créditos na mesma instituição, sob pena de não poderem ser executados sem afetar o valor da instituição». Aliás, não é

preciso ser um grande *expert* em finanças e mercados para perceber que isto é uma possibilidade.

Quando disse que José Berardo negou outras garantias, a Caixa tinha forma de confirmar se havia ou não havia mais património para dar como garante?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Não lhe sei dizer.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Então, deixe-me fazer-lhe outra pergunta. Se a Caixa executasse as ações do BCP e se as ações do BCP não tivessem valor suficiente para, enfim, pagar — na altura, já quase que não pagavam os juros, quanto mais o capital! —, a Caixa tinha ou não tinha poder para ir ao resto do património da Fundação Berardo?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Creio que sim.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E não teria sido mais lógico para a Caixa executar as ações, mesmo tendo de as manter no balanço — assim como assim, o valor estava perdido!—, ou seja, tendo executado a Fundação de forma a recuperar o resto da dívida?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Só que isso seria um processo litigioso que demoraria anos e anos. Mas admito que sim.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a alternativa foi ficar com a coleção de arte, que foi o único bem, que na verdade não é um bem, é um direito sobre uma associação. Foi proposta de Berardo e foi a única possibilidade que ele aceitou?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Exatamente. Fomos nós que propusemos e foi a única que ele aceitou.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Foi a Caixa que propôs o penhor da coleção?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Foi a Caixa que propôs o penhor da coleção.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Os estatutos da Associação Coleção Berardo dizem que os credores têm direito a participar nas assembleias gerais e nas reuniões da Associação. Como credor, a Caixa exerceu esses direitos participando ativamente nas reuniões da Associação e, de alguma forma, controlando os destinos da Associação?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.ª Deputada, não sei exatamente. Creio que, pelo menos, numa assembleia-geral sim. As assembleias gerais, creio, eram anuais. Depois deixei de saber.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Não tenho mais perguntas, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Cecília Meireles, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Sr. José Berardo quando esteve aqui disse, sobre as ações: «Como sabe tinha um *bullet* que, se saísse daquilo, não quis arriscar na Fundação nem em mim,

nem em ninguém, comprava as ações, mas tinha de ter uma saída; *stop-loss*, era assim que fazia; depois pediram-me para não fazer».

Mais tarde esclarece que quem lhe pediu para não fazer isto, no caso, vender as ações, foram os bancos. Isto tem algum fundo de verdade, ou não?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.ª Deputada, tenho quase a certeza, no caso da Caixa, que não. Depois, creio que a cláusula de *stop-loss* só foi realmente introduzida — mas, uma vez mais, aqui posso estar a falhar, e peço desculpa se o fizer —, tenho ideia, com a reestruturação do crédito.

Havia no contrato relacionado dos 38 milhões, de facto, aí, sim, uma cláusula que permitia a venda imediata em caso de incumprimento. A razão por que não se fez, já a expliquei anteriormente.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É que, mais à frente, o Sr. José Berardo diz também: «Se for ver as contas dos bancos, percebe que eles tinham um problema: mostrar prejuízos era perigoso».

O que pergunto é se, de facto, este penhor tivesse sido executado e as ações tivessem sido vendidas ia ter de se registar uma perda substancial.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Claro que sim.

Mas não é isso que dita as decisões em relação à recuperação de crédito. Isso é uma consequência de um acontecimento, não é isso que dita decisões.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Lembra-se de ter havido uma reestruturação não deste crédito, mas de vários créditos relacionados com José Berardo entre vários bancos e de, nesse âmbito, o Santander ter conseguido eliminar a exposição que tinha a José Berardo?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Creio que o Santander eliminou o crédito que tinha a José Berardo por não ter sido integrado nos bancos em que se obteve a garantia da coleção de arte Berardo.

Mas não foi a Caixa que entrou nesse tipo de transferência eventual de crédito ou algo no género. A Caixa não entrou.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas a Caixa não aumentou a sua exposição em um milhão de euros no âmbito desta reestruturação?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — A Caixa concedeu um empréstimo à Metalgest, de um milhão de euros, para efeitos de tesouraria, tanto quanto consegui saber, por uma questão qualquer de emergência. Se houve outras razões não são do meu conhecimento. Essa emergência de tesouraria era importante resolver. Mas esse crédito foi todo pago.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Por último, e agora sobre outro assunto, sabe dizer-me quem era o administrador representante da Caixa Geral de Depósitos na Resortpart ou na Turpart, na sociedade que geria Vale do Lobo, que era dona de Vale do Lobo?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sei e não me consigo lembrar do nome. Mas não era administrador da Caixa, era da Caixa Imobiliária... Talvez me consiga lembrar... Ou perguntar...

Risos.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, era relevante saber. Não tenho mais perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado do PCP, Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, dispenso esta segunda ronda.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra a Sr.^a Deputada Conceição Bessa Ruão, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Engenheiro.

Sr. Engenheiro, para aliviar um bocadinho e antevendo a intervenção de amanhã, queria que nos ajudasse a perceber uma questão.

Do ponto de vista comercial, se uma pessoa se dirige à Caixa Geral de Depósitos e pede um determinado financiamento, dizendo que as garantias que vai apresentar são estas e estas e que parte daquele financiamento se destina a obter uma participação qualificada num banco cuja participação envolve o parecer do Banco de Portugal, a minha questão é: este contrato está fechado, do ponto de vista comercial, com a Caixa Geral de Depósitos, isto é um contrato sujeito a uma condição ou são só acordos pré-negociais?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — A Sr.^a Deputada coloca-me numa situação difícil, porque não sei se sei responder-lhe a isso. Porquê? Em primeiro lugar, não me lembro dos termos contratuais terem alguma condicionante.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Peço desculpa, em abstrato.

Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras da Oradora.

Sou eu que vou ao banco pedir 350 milhões, mas digo assim: «Olhe, isto é para investir e para ir a uma participação de um banco qualquer, mas tenho de ir ao Banco de Portugal ver se autorizam esta participação qualificada». Do ponto de vista comercial, este negócio está fechado entre o banco e eu?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — É que o pedido...

Pausa.

A grande questão é se a pessoa coloca essa condicionante, porque depois pode utilizar ou não — aquilo era uma conta corrente — a conta corrente. A utilização da conta corrente, eventualmente, só faz sentido, em primeiro lugar, se foi para o propósito para a qual a pediu e se tiver condições para o fazer. Esta é a primeira parte da resposta.

Em segundo lugar, na aprovação da operação, o Banco de Portugal não tem qualquer tipo de envolvimento. O Banco de Portugal...

A Sr.ª **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Do ponto de vista comercial?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sim, sim.

A Sr.ª **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Mas se eu disser: «Isto é para isto», o Banco de Portugal vai ter de dar uma resposta.

Pergunto-lhe, não sendo jurista, se tem a noção de que isto é um negócio, um contrato sujeito a condição.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Quando ele contacta o Banco de Portugal não é por causa do financiamento, é para ter a certeza de que o Banco de Portugal o aceita como acionista qualificado com mais ações.

Portanto, ele não põe a questão propriamente, não sei se o disse sequer, que tinha obtido um financiamento da Caixa Geral de Depósitos para esse efeito. Agora, se a Sr.ª Deputada me perguntar se o Banco de Portugal soubesse que a totalidade das garantias eram exatamente essas ações, que, se tivessem indicação da exposição global, etc., podia ter, eventualmente, alertado o banco para esse efeito...

Mas depende muito das circunstâncias, do que se sabia ou não e da maneira como o interlocutor se aproximou.

A Sr.ª **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Já vamos clarificar.

O Banco de Portugal pergunta a José Berardo como é que ia fazer o financiamento da aquisição das ações do BCP e ele responde: «Com 350 milhões emprestados pela Caixa Geral de Depósitos, ainda que sob a forma de conta corrente».

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — O Banco de Portugal, nessa altura, ou tem indicações de que o tipo de operação, como lhe foi descrita, pode provocar problemas e, nessa altura, penso que poderia alertar as instituições ou não têm esse tipo de indicações e dá por boa a decisão do banco.

A Sr.ª **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr. Engenheiro, a mim só me interessa a operação, nesta hora, do ponto de vista comercial. A operação está concluída, depois destes trâmites, ainda que a conta corrente não esteja aberta ou fica sujeita a uma condição face ao que diz o Banco de Portugal?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Acho que essas são questões de natureza contratual, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Contratual com a Caixa?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Pois.

A Sr.ª **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Mesmo que o Banco de Portugal não autorizasse a participação qualificada de José Berardo na aquisição, a Caixa Geral de Depósitos continuava a emprestar os 350 milhões para aquisições do BCP?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Em primeiro lugar, provavelmente, o próprio interessado não iria requerer, porque não iria comprar. É a primeira parte da questão.

Em segundo lugar, desde que não seja para o objetivo que está contratualizado, a Caixa, naturalmente, teria poderes para não o fazer.

A Sr.ª **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Portanto, estamos em condições de concluir que aquele era um contrato comercial, de crédito, mas sujeito a uma condição para a participação qualificada na aquisição das ações: a autorização do Banco de Portugal?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Penso que só podemos concluir, objetivamente, que a probabilidade da execução, isto é, da entrada em vigor daquele contrato, está dependente da aprovação por parte do Banco de Portugal da idoneidade do proponente comprador.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Então, agora sim, em agosto de 2007, o Banco Central Europeu faz uma intervenção no sentido de estabilizar o sistema interbancário. O ano de 2008 já é um ano crítico em termos de crise financeira e eu não sei se a Caixa e o senhor, que era seu Presidente, têm a noção de que a 22 de julho de 2008 vos passaram pela frente, sem contar com as garantias do BCP, 165 milhões de garantias de José Berardo que não executaram nem acionaram, sem contar com as do BCP. Tiveram esta perceção? Se não a tiverem tido, a seguir desmonto-a.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Peço desculpa, mas não percebi a questão.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Em julho de 2007, conseguem o aval pessoal de 38 milhões de José Berardo por conta dos 350 milhões que ele ainda queria ter usado. Tinham em vosso poder, com as ações da Portugal Telecom, PT Multimédia, EDP, Brisa, Sonae SGPS e Sonaecom o valor de 86 milhões de euros. Tinham mais, em participações garantidas por ações, 18 milhões de participações nas ações da Metalgest. Depois, houve uma reversão de 23 milhões, resultantes da participação de 100% da Metalgest na Parfitel, que integraram o contrato celebrado em 22 de julho.

A minha questão é a seguinte: tem a noção de que, quando já a crise estava praticamente instalada no sistema interbancário, vos passaram pela frente e não executaram 165 milhões de garantias de José Berardo e das suas participações dadas como penhor?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.^a Deputada, isso já foi mais do que explicado anteriormente.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sem as do BCP!

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Mas não há 165 milhões de garantias sem o BCP. Não, não há!

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Está na carta que o senhor deu de resposta!

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Na carta que eu dei de resposta?! Não!

Pausa.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr. Presidente, não podem contar o tempo.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, não está a ser descontado o tempo nas suas explicações. Portanto, não há razão nenhuma para alegar...

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras da Oradora.*

O Sr. **Presidente**: — Pode fazê-lo! Estou a dizer que pode fazê-lo, pois não estamos a contar o tempo.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras da Oradora.*

O Sr. **Presidente**: — Tem de ligar o microfone.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — «O reforço de garantias constante da cláusula n.º 15 com a materialização de um reforço de 81,5 milhões de ações» — estas eram do BCP.

Mas, antes destas, tem o aval pessoal, constante na síntese, no último parágrafo da página que o senhor escreveu: 23 milhões com aval pessoal do Sr. José Berardo. No contrato de 28 de maio de 2007, que envolvia estas que enunciei, 86 milhões. Mais: 18 milhões e 200 mil da Metalgest, sendo que há, depois, a reversão do crédito de 23 milhões do resultantes da participação a 100% da Metalgest na Parfitel.

Portanto, isto soma, no contrato que foi subscrito, um montante de 165 milhões de garantias diretas e indiretas por parte do Sr. José Berardo.

Pergunto-lhe o seguinte: numa altura em que a situação já era tão crítica — agora sim, podem contar o tempo —, por que razão não executaram as ações face ao estado do sistema interbancário.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — É à carta de 27 de maio que está a referir-se?

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sim, 27 de maio de 2019.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Não vejo cá nada disso!

Pausa.

Sr.^a Deputada, acho que essa soma não é...

Vamos ver: quando foi assinado o contrato dos 38 milhões, foi complementarmente assinado um acordo, foi adicionalmente acionado um acordo em que, no caso de incumprimento das garantias correspondentes a

esse crédito, seria possível acionar um conjunto de outras garantias, que foram acionadas, e que foram exatamente: a participação da Metalgest detida na Parfítel, que era um conjunto de ações em empresas de telecomunicações, 50% das quais reverteram para a Caixa Geral de Depósitos; um reforço adicional de 81,5 milhões de ações do BCP.

Com isso, está resposta a situação contratual. Só depois, no final do ano, é que torna a haver incumprimento e, nessa altura, é que é possível executar. Enquanto não há incumprimento, não é possível executar.

Portanto, só na altura é que se coloca a questão se devia ou não executar-se.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Então, pergunto-lhe: se chegaram ao ponto de vir aqui executar as da Parfítel... Vou perguntar de outra maneira: por que razão não executaram as que foram dadas logo de garantia em 2007, por que razão não executaram as ações da PT que estavam dadas de garantia?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Essas foram, com certeza, executadas.

As ações que não são BCP, seguramente, foram executadas, porque não tinham o mesmo tipo de problema do que as ações do BCP. Mas eu não sei se tínhamos ações da PT...

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — A mesma questão se levanta para a Sonaecom, porque, entretanto, a seguir, estava a OPA no ar. E também a EDP era a maior acionista de referência do BCP e, por sua vez, o BCP era um acionista privilegiado da EDP. Não há nenhuma evidência de que estas ações tenham sido executadas. Pergunto se isto é mesmo assim ou se havia

interesses colaterais para a não execução, atendendo à participação no BCP que elas constituíam.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Interesses laterais não havia seguramente. Posso tentar saber se foram executadas e informar, pois, neste momento, de cor, não sei.

Só gostava também de referir um assunto.

Sr.ª Deputada, Srs. Deputados, este assunto é tão difícil e tão complexo que não foi resolvido por nós, pelo Conselho seguinte, pelo Conselho seguinte, pelo Conselho seguinte. Só agora, há dois meses, é que foi executado o Sr. Berardo. Este não é todo um conjunto de pessoas sem sentido de responsabilidade, pelo contrário, Sr.ª Deputada! É pelo elevado sentido de responsabilidade, de defesa dos interesses da Caixa e do País que situações como estas requerem muita reflexão e muita capacidade de procurar decidir de acordo com a melhor defesa dos nossos interesses.

Quando digo dos nossos, são os interesses da Caixa, porque são a primeira responsabilidade que os gestores têm, são os interesses do Estado e, naturalmente, dos contribuintes.

A Sr.ª **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr. Engenheiro, longe de imaginar que são todos inábeis ou incompetentes, não é isso. Mas pode haver outros interesses subjacentes que esta Comissão tem obrigação de tentar averiguar.

No entanto, queria deixar-lhe uma questão: o senhor, quando chega à Caixa, em 2008, como é que encontra o modo e o processo de concessão de crédito?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — A concessão de crédito na Caixa Geral de Depósitos herdada era, sensivelmente, para os tempos em

que se utilizava aquele tipo de métodos, de critérios, de práticas, de procedimentos, a mesma com que inicie as minhas funções.

Entrámos, de facto, já depois de se ter iniciado a crise e, portanto, já depois de começar a haver um conjunto de alterações significativas, designadamente em termos de supervisão, ainda não tanto de regulatórios, que vieram um bocadinho mais tarde, e de prática de procedimentos em termos de gestão de risco. E, nessa matéria, durante o meu conselho, foram feitas várias iniciativas complementares, mas não tenho razão nenhuma para dizer... Até porque o Diretor-Geral de Risco era exatamente o mesmo — e eu considero-o das pessoas mais competentes nessa matéria que o País teve —, o Dr. Vasco d'Orey, e utilizava, na altura, os métodos que constituíam *benchmark*, na realidade.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — De facto, o Diretor de Risco era o mesmo, só que com o processo de agilização da concessão de crédito, ocorrida em outubro de 2016, o Risco passou a ser relegado para um segundo plano. Cito a última transcrição de uma deliberação do Conselho de Administração, sobre a área comercial: «cabendo à rede» — e referindo-se à rede comercial — «definir o limite de exposição da Caixa Geral de Depósitos». E esta supremacia da área comercial sobre o risco é que pode ter sido o grande descalabro de tudo isto.

Concorda com esta afirmação, que é minha?

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.^a Deputada, a rede de um banco só decide, só tem delegação de poderes para decidir com base na utilização do *scoring* e do *rating* que são praticados na instituição, são automáticos, e conferem uma capacidade de delegação nessa matéria. E desde que o *scoring* e o *rating* estejam atualizados e, eventualmente, revistos

de acordo com novos *inputs*, é uma matéria de conferição de mandato que é praticada em todo o sistema bancário.

Só a partir de determinado nível de decisão é que as decisões são completamente individualizadas e requerem um parecer de risco específico.

Em qualquer circunstância, a decisão final, de acordo com as delegações de competência, tinha vários níveis, e a partir do nível da decisão que era feita comumente pelo administrador e pelo diretor do pelouro, naturalmente, o *scoring* e o *rating* podiam continuar a ser adotados — mas dependia do valor da operação — mas eram complementados com pareceres de risco.

Nesse aspeto, a minha experiência é que, para a altura, e estamos sempre a falar numa altura diferente da atual — porque, de facto, muito mudou nos últimos anos —, devo dizer que a Caixa era *benchmark*.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr. Presidente, só para terminar, se me permite, vou citar: «Depois de uma década a acumular desequilíbrios macroeconómicos, bloqueios estruturais, com violações quer de normas regulamentares do setor, emitidas pelo Banco de Portugal, quer de autorregulação, facilitando e promovendo o endividamento de empresas não financeiras, o Estado, como acionista, apela à atenção da Caixa Geral de Depósitos para as pequenas e médias empresas e o seu financiamento na economia portuguesa, na salvaguarda de prudentes critérios de avaliação de risco, devendo centrar a sua atuação no financiamento de setores de bens transacionáveis e, por fim, chamando a atenção de cada um dos membros do Conselho de Administração e Comissão Executiva, em particular, para assegurar uma atuação orientada por princípios de gestão prudente e rigorosa» — carta de missão do acionista para a Caixa Geral de Depósitos.

Sr. ex-Presidente, Sr. Engenheiro, o que é que se lhe oferece dizer sobre isto, face a tudo o que foi a atuação, até que surgisse uma nova carta de missão, para a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.ª Deputada, suponho que falei aqui, na última vez em que aqui estive,...

A Sr.ª **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Tenho aqui a carta de missão.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Eu sei, eu sei.

Na última vez em que aqui estive deixei, inclusivamente, documentação sobre essa matéria, no volume que entreguei.

Durante os mandatos que tive, tive sempre, sob a forma de carta de missão, sob a forma de orientações estratégicas ou prioridades estratégicas, no início de cada um dos mandatos, a preocupação de enviar para aprovação da tutela, do Sr. Ministro em particular, exatamente quais eram as principais missões e prioridades estratégicas que a Caixa devia seguir. E isso aconteceu logo no início de 2008, quando foram definidas prioridades estratégicas da Caixa Geral de Depósitos que não têm uma grande diferença em relação àquelas que depois vieram no mandato seguinte, iniciado em 2011, já como *Chairman*, e que não tiveram muita diferença em relação à carta de missão que nos foi enviada pelo Governo da altura.

As diferenças substanciais têm que ver com conjunturas diferentes. Ambas com preocupação do apoio à Caixa, à economia portuguesa, extraordinariamente importante num contexto recessivo; outra de apoio à exportação e internacionalização das empresas, particularmente relevante no momento em que há uma mudança do modelo de crescimento económico, a partir de 2011, e isso tem, de facto, um impacto muito significativo, porque,

ao mesmo tempo, significa que há uma redução, também significativa, no que diz respeito ao financiamento dos bens não transacionáveis e, portanto, há uma capacidade de liquidez, uma disponibilidade para incentivar o financiamento aos bens transacionáveis.

Mas houve sempre essa preocupação e houve sempre aprovação da parte dos governos. A carta de missão resulta exatamente de uma proposta efetuada, de que resultou a carta de missão que recebemos.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — O que está em causa são os considerandos.

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Como?

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Os considerandos!

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Sim. No que diz respeito à diferença de períodos, aquilo que deve sobressair e não pode ser esquecido, porque também não é muito falado e algumas vezes até são feitas perguntas no sentido de se a Caixa passou a adotar uma política maior de aversão ao risco a partir de 2008, é que o acionista, o Estado português, na linha do que tinham sido as orientações dos G20, na linha do que tinham sido não só as orientações mas as medidas adotadas pelo Conselho Europeu e pela Comissão Europeia e das medidas adotadas pelo Governo português, faz, manifestamente, um apelo a que o sistema bancário apoie a economia no sentido de não intensificar uma recessão e torná-la uma depressão.

Isso não significa que, no âmbito de uma política de risco, a Caixa Geral de Depósitos não tivesse de prosseguir uma política sã e prudente na concessão de crédito, mas um bocadinho em contrapé daquilo que eram, na realidade, os estímulos e os incentivos para que se apoiasse mais a economia.

Uma vez mais, seguramente, lembrar-se-ão dos apelos frequentes e dos mais variados setores de atividade a que a banca apoiasse a economia, — que a banca não apoiava a economia, etc. —, que eram extremamente constantes e, apesar disso, conseguiu-se terminar este mandato, creio eu, com excelente resultado em termos de taxas de incumprimento do crédito. Num contexto adverso, continuaram a ser razoáveis. Só vieram a disparar quando, de facto, entrámos na recessão profunda.

O Sr. **Presidente**: — Concluímos, assim, a segunda ronda.

Pergunto se alguma Sr.^a Deputada ou algum Sr. Deputado quer intervir na terceira ronda.

Pausa.

A Sr.^a Deputada Inês Domingos e o Sr. Deputado João Paulo Correia indicam-me que querem ainda intervir.

Assim, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês Domingos.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, é muito rápido.

É só para perguntar se, em resposta à sua carta, à carta que referiu aqui que enviou ao Sr. Ministro Teixeira dos Santos, teve alguma resposta, e, se a teve, se pode concretizar que foi formal ou informalmente. Recebeu alguma carta, alguma comunicação? Se for o caso, quando é que foi? E pode enviar-nos ou deixar esse documento?

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, faço uma primeira questão sobre Espanha.

A Comissão de Inquérito pediu à Caixa Geral de Depósitos o montante de créditos cedidos pelo Banco Caixa Geral à sucursal de Espanha.

No tempo em que foi Presidente do Banco Caixa Geral e, posteriormente, Presidente da Comissão Executiva da Caixa, foram transferidos do Banco Caixa Geral e também da Caixa Geral de Depósitos em França para a sucursal de Espanha — portanto, origem Banco Caixa Geral, segunda origem Caixa Geral de Depósitos em França, destino sucursal da Caixa Geral de Depósitos em Espanha —, 830 milhões de euros de créditos para a sucursal de Espanha, em largas dezenas de operações. Ainda não temos informação — ainda não chegou, já a pedimos — detalhada sobre essas operações, mas, provavelmente poderá originar perguntas por escrito ao Sr. Eng.º Faria de Oliveira.

No entanto, a primeira questão é se consegue tipificar cada uma destas operações, dividida em alguns pequenos conjuntos, para se perceber. É que é um montante, de facto, chocante, que não pode passar despercebido.

Não passou despercebido à Ernst & Young na auditoria que fez e também não passa despercebido a esta Comissão de Inquérito. Houve aqui uma arrumação para debaixo de um tapete. Parece que a sucursal funcionou mesmo como um *bad bank*, como uma espécie de tapete para onde eram varridos todos os créditos tóxicos, por algumas razões — não tenho tempo para as recordar — relacionadas com a política da concessão de crédito da Caixa em Espanha.

Faço uma última pergunta, que não tem propriamente a ver com o inquérito — portanto, aqui responde se entender — mas que tem a ver com notícias que nos dão conta de que um ex-administrador das administrações do Dr. Carlos Santos Ferreira e do Eng.º Faria de Oliveira estariam a pensar

impugnar a auditoria feita pela Ernst & Young, que serviu de base a esta Comissão de Inquérito, porque a consideram ilegal.

Gostaria, se quisesse, obviamente — do meu ponto de vista, não faz diretamente parte do inquérito, mas é também da Comissão de Inquérito — que respondesse.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Faria de Oliveira para responder a estas duas questões.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr. Presidente, em primeiro lugar, respondo à Sr.ª Deputada Inês Domingos. Devo dizer que essa carta que enviei era uma carta de ponto da situação do que foi um ano.

Portanto, era uma carta de ponto da situação, que era versava as várias questões principais que tínhamos enfrentado durante esse ano, e não era uma carta para ter resposta. Era para, eventualmente, ser falada nas reuniões correntes que ia tendo ou com o Sr. Ministro ou com o Sr. Secretário de Estado. Logo, não tive resposta formal por carta.

A Sr.ª **Inês Domingos** (PSD): — Mas seria eventualmente falada informalmente. Também lhe perguntei se informalmente tinha tido oportunidade de a abordar.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sim...

A Sr.ª **Inês Domingos** (PSD): — E qual seria a resposta.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sr.ª Deputada, detesto dizer que não me lembro, mas...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não se lembra!

O Sr. Eng.^o **Fernando Faria de Oliveira**: — Em relação ao Sr. Deputado, e, uma vez mais, a este assunto Espanha, por mais que se tente clarificar, as perguntas são sempre as mesmas e sempre orientadas no mesmo sentido, que é um sentido enviesado.

Mas vou explicar porque é que é enviesado: a Caixa Geral de Depósitos tinha uma estratégia para Espanha — já todos sabem — desde 1992. Quando em 2004 — e salto já — se decidiu que era importante aumentar a presença da Caixa Geral de Depósitos em Espanha, e havia muitas razões que justificariam e ainda justificam que isso acontecesse, a primeira iniciativa foi abrir uma sucursal da Caixa Banco de Investimento, com gestão completamente independentemente do Banco Caixa Geral.

O Banco Caixa Geral era um banco de retalho, a Caixa Banco de Investimento tinha uma sucursal em Madrid para poder participar em projetos de banca de investimento, designadamente em financiamentos sindicados.

Esses financiamentos sindicados foram sendo realizados e grande parte deles ocorreu entre 2004 e 2007. Ficavam parqueados, depois de serem realizados, ou na Caixa Geral de Depósitos ou na sucursal de França da Caixa Geral de Depósitos ou, se a sua dimensão não fosse muito grande, no Banco Caixa Geral.

Em 2007, decidiu-se abrir uma sucursal em Espanha, à semelhança daquilo que faziam a generalidade dos bancos estrangeiros localizados em Espanha. Porquê? Exatamente com o propósito de localizar, de parquear, de colocar nessa sucursal um conjunto de operações de consumo de capital elevado ou que os balanços da Caixa Banco de Investimento não comportavam ou inibiam de realizar outras operações. E, no caso da sucursal,

da Caixa BI, aliás, a própria Caixa BI não tinha uma grande carteira de crédito.

Portanto, esta colocação em sucursais é um ato de gestão corrente, normal, legítimo, legal, que não tem qualquer tipo de implicação no balanço consolidado da instituição e na relação com o supervisor. É absolutamente indiferente nessa matéria e corresponde fundamentalmente à otimização da política de gestão de capital da instituição.

Em vez de aumentar o capital do Banco Caixa Geral para poder realizar novas operações e, em caso de eventuais futuras perdas, poder suportar as perdas que vão ocorrendo, transfere-se para uma sucursal que automaticamente está consolidada na Caixa Geral de Depósitos.

Primeira parte da questão: a esmagadora maioria dos 830 milhões que terão sido transferidos durante o meu mandato em Espanha e o meu mandato como presidente aqui em Lisboa corresponde a operações sindicadas da Caixa BI. Operações essas que eram comandadas pelas grandes instituições internacionais.

Já disse aqui que a grande maioria dos grandes bancos europeus e, principalmente, dos espanhóis...

O Sr. João Paulo Correia (PS): — Correu mal!

O Sr. Eng.º Fernando Faria de Oliveira: — Mas correu mal para todos!

Correu mal porque houve uma crise imobiliária em Espanha de uma dimensão louca. É um anacronismo não tomar em consideração as circunstâncias, o tempo em que as coisas ocorreram, e correram mal para todos! A banca espanhola tinha 48 instituições e passou a ter 14! Porquê? Exatamente porque foram profundamente afetadas por esta situação.

Posteriormente, e esta é a segunda parte da questão, com a crise financeira, o próprio Banco Caixa Geral, que tinha um projeto de crescimento, também teve novamente que reverter — e isso foi feito no meu mandato — o seu projeto de expansão e tornar a minguar: diminuir o número de agências, de empregados, o volume de crédito concedido.

A única grande preocupação na altura era, uma vez que o volume de depósitos era muito muito pequeno, continuar a assegurar que ainda havia capacidade para algum crescimento de depósitos e, com isso, o crédito à habitação passou a ser a vertente principal...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas as necessidades de capital ...

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Como?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Diminuíam as necessidades de capital. Mas só esses é que foram transferidos para a casa mãe.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — É normal. É consumida! Isto não é nada de falta de transparência, nem de coisa nenhuma. Não tem nada a ver...

Para a Caixa Geral é completamente indiferente, é totalmente indiferente.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — António de Sousa disse que com ele nunca aconteceu isso...

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — A razão de transparência que ele quis referir é a de imputar a cada participada da Caixa um determinado resultado. Não tem a ver com o impacto na Caixa Geral de

Depósitos, nem tem nada a ver com a falta de transparência no sentido geral em que é aplicado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não foi isso que ele disse!

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Pergunte-lhe! Sou amigo pessoal dele, falei com ele...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não vou tomar café com ele. Perguntei-lhe aqui!

Risos.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Isto é tão válido que em 2012, quando a troica e, designadamente, a Direção-Geral de Concorrência obrigaram ao plano de reestruturação da Caixa Geral de Depósitos, são eles próprios que recomendam que sejam transferidos para a sucursal da Caixa Geral de Depósitos um conjunto de créditos que nessa altura estavam ou em risco de mora ou já em mora para serem localizados. Por isso é que atingiu aquele valor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não, não, não!

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Sim, sim, sim!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Isso é 2012, 2013!

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — É o que estou a dizer!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas não foram contabilizados os 830!

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Mas os 830 têm grande parte de 17 créditos da Caixa BI que estavam localizados na sucursal de Paris e que foram transferidos para a sucursal de Espanha por serem créditos obtidos em sindicacão pela Caixa BI.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Isso foi em 2012, 2013.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Os 17?!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sim.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Olhe que não!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Foram 63 em 2013 do Banco Caixa Geral.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Está bem, mas também eram operaçōes...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não contabilizando...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a fase do diálogo já passou.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Só para completar, Sr. Deputado, se teve oportunidade de ver o dossiê que reenviei da minha primeira audiçã, aí está tudo o que quer saber: o montante das operaçōes

transferidas da Caixa BI para a sucursal, que são 81%, e os 19% que são propriamente originados na Caixa BI.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Estou à espera dos dados da Caixa...

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Têm de ser iguais a estes.

O Sr. **Presidente**: — Faltava responder a mais alguma questão?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Falta responder à última, sobre a queixa.

O Sr. Eng.º **Fernando Faria de Oliveira**: — Ah, sim, tenho conhecimento de que alguns colegas têm a intenção de, pelo menos, pedir à CMVM, enquanto supervisor dos auditores, para fazer uma verificação da consistência do relatório da auditoria que vos foi enviado.

O Sr. **Presidente**: — Terminamos assim esta audição. Agradeço ao Eng.º Faria de Oliveira.

Retomaremos os nossos trabalhos às 15 horas com uma nova audição.

Eram 13 horas e 30 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.